



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
CAMPUS UNIV. DEP. EST. “RENÊ BARBOUR”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO EM
CONTEXTO INDÍGENA INTERCULTURAL - PPGECH**



**O LÉXICO NA CATALOGAÇÃO DE ESPÉCIES DE PEIXES DOS RIOS DO
TERRITÓRIO BALATIPONÉ**

LUIZINHO ARIABO QUEZO

**BARRA DO BUGRES-MT
OUTUBRO DE 2022**

O LÉXICO NA CATALOGAÇÃO DE ESPÉCIES DE PEIXES DOS RIOS DO TERRITÓRIO BALATIPONÉ

LUIZINHO ARIABO QUEZO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural - PPGECEI da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino em Contexto Indígena Intercultural.

Área de concentração: Ensino e Linguagens em Contexto Intercultural

Orientadora: Profa Dra. Mônica Cidele da Cruz

BARRA DO BUGRES-MT
OUTUBRO DE 2022

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Q3a Quezo,

Luizinho Ariabo. Águas dos Rios Xopô e Olaripô no Território

Balatiponé / Luizinho Ariabo Quezo.

– Barra do Bugres, 2022. 79 f.; 30 cm.; il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Mestrado Profissional em Ensino em Contexto Indígena Intercultural, Faculdade Intercultural Indígena, Câmpus de Barra do Bugres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

Orientadora: Dra. Mônica Cidele da Cruz.

1. Povo Balatinopé. 2. Ensino de Língua. 3. Léxico. 4. Peixe. I. Cruz, M. C. da, Dra. II. Título. CDU 81(=1-82)(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037.

O LÉXICO NA CATALOGAÇÃO DE ESPÉCIES DE PEIXES DOS RIOS DO TERRITÓRIO BALATIPONÉ

LUIZINHO ARIABO QUEZO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural - PPGECEI da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino em Contexto Indígena Intercultural.

Área de concentração: Ensino e Linguagens em Contexto Intercultural

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Cidele da Cruz

Aprovada em 23 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mônica Cidele da Cruz (Orientadora/UNEMAT)



Profa. Dra. Rejane Centurion Gambarra e Gomes (Membro Interno/UNEMAT)



Profa. Dra. Edinéia Aparecida Isidoro (Membro Externo/UNIR)

Agradecimentos

Em primeiro momento, quero agradecer a *HAYPUKU* (DEUS), pelo fôlego de vida que tem me dado durante este percurso e desenvolvimento deste trabalho, por ter me abençoado e me dado sabedoria e entendimento em todas as atividades que foram desenvolvidas durante esta pesquisa de Mestrado.

À minha família, em especial, minha esposa Roseli Manepá Ipaqueri, pela força que tem me passado e pelas palavras de incentivo. Agradeço as minhas filhas e filho, com o semblante alegre e feliz por ver seu pai realizando mais uma etapa de seus estudos, um sonho conquistado que está aperfeiçoando minha vida profissional como professor indígena, e ajudando a fortalecer ainda mais o aspecto cultural do meu povo Balatiponé.

Não posso deixar de agradecer também a duas pessoas importantes na minha vida, que são exemplos de vida e por quem tenho muita admiração. Agradeço por elas fazerem parte da minha vida, são guerreiras e batalhadoras e, com certeza, desejam que todos os seus filhos realizem seus objetivos na vida. É a minha *IMAKÓ* (minha mamãe) e minha sogra, dona Neuza Manepá Ipaqueri. Elas são duas mulheres que são alicerce para seus filhos e netos, exemplos de força, garra e de sabedoria, que superaram muitos obstáculos até os dias de hoje.

Agradeço aos meus alunos e alunas que não mediram esforços para me ajudarem a desenvolver este trabalho de pesquisa de dissertação, pois sei que ajudaram de todo seu coração.

Obrigado, alunos e alunas do 1º ano do ensino médio: João Felipe Calomizoré Teodoro, Marcondes Monzilar, Israel Tan Huare, Marjore Uapodonepá, Karen da Silva Amajunepá e minha princesa e filha Lainara Ipaqueri Quezo.

Agradeço, também, aos dois desenhistas que colaboraram e tiveram uma participação muito importante neste trabalho, Kawe e Michel Corezomaé, pois na hora em que pedi ajuda, eles sempre estavam dispostos a me ajudar.

Aos meus irmãos, pela força e incentivo que tenho recebido na hora em que eu mais precisei, em especial, ao mano Luciano Ariabo Quezo, desde o começo, na construção das primeiras palavras e sugestão dada ao projeto. Na caminhada, sempre estive à disposição para me ajudar e me apoiar.

A todos meus colegas e companheiros professores, pela força e por apoiar este trabalho que é de grande importância para nosso povo Balatiponé.

À escola Julia Paré, por ter espaço aberto a toda ação cultural do povo e incentivo para qualquer tipo de trabalho que envolva o diferenciado e específico da nossa cultura.

À Unemat (Universidade do Estado de Mato Grosso) de Barra do Bugres, por abrir espaço no curso de Mestrado Profissional específico para indígenas, no nosso estado, o primeiro no país.

Ao coordenador do Mestrado Profissional Indígena, professor doutor Adailton Alves, pelo apoio e incentivo que tem dado a esta primeira turma.

Às professoras que fizeram parte da banca da qualificação deste projeto, as professoras Rejane e Edinéia, pelas boas sugestões para melhoria do trabalho de pesquisa.

Aos meus professores de todos os componentes curriculares que, com todo o esforço, conseguiram transmitir para nós, mestrandos, os conhecimentos exigidos pelo curso, durante as aulas presenciais e online que aconteceram.

A este povo chamado de Balatiponé, que tem espaço aberto para os pesquisadores e futuros pesquisadores da própria etnia, que estejam pesquisando a sua cultura de modo geral.

Ao amigo, senhor Jovail Amajunepá, pela disposição em nos ajudar com a entrevista sobre o timbó e a informação de grande importância para o meu trabalho de dissertação.

Enfim, em especial, a minha orientadora professora doutora Mônica Cidele da Cruz, pelo apoio, esforço e sugestões, que tem me orientou durante a realização e conclusão da pesquisa. Obrigada, professora, por tudo! Não tenho palavras para este agradecimento, me sinto honrado por tê-la como minha orientadora, uma pessoa pela qual tenho uma admiração enorme, e por fazer parte deste riquíssimo trabalho.

Meus sinceros agradecimentos a todos, e que *HAYPUKU* derrame muitas bênçãos na vida de todas as pessoas que contribuíram para este trabalho.

Paykuripia makewá amy! (Muito obrigado a todos!).

Resumo

Esta dissertação está relacionada ao trabalho pedagógico que a escola Jula Paré desenvolve sobre revitalização étnica, cultural e linguística do nosso povo Balatiponé. Este trabalho, além de contribuir para o fortalecimento da formação dos profissionais da educação, alunos e todos os membros pertencentes a este povo, ajuda no processo de revitalização da língua Balatiponé, que a escola e comunidade vêm desenvolvendo nos últimos anos. Nossas reflexões estão pautadas em estudos referentes ao léxico, como Biderman (2001), Paula (2018), Antunes (2012), Pimentel da Silva (2019) e, especialmente, em autores indígenas Balatiponé, Huare (2015) e Kezo (2015). Além desses autores, trazemos as orientações do Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas, Brasil (1998), que expressa o desejo de cada povo, em relação à educação escolar indígena, entre outros autores que tratam sobre o tema desse trabalho. O meu objetivo principal é facilitar e fortalecer o ensino da língua materna em todas as escolas existentes no território, e publicar um material didático pensando nos alunos Balatiponé, incentivar e manter registrados os nomes dessa espécie animal, com o intuito principal de repercussão social junto à comunidade de falantes e do povo como um todo. A ação pedagógica foi desenvolvida em forma de oficinas, durante três semanas, no período matutino, na escola Jula Paré, com alunos do 1º ano do ensino médio, a partir de uma Unidade Didática, intitulada: “A origem dos peixes para o povo Balatiponé”. Conseguimos finalizar com êxito todas as atividades propostas, envolvendo leitura e interpretação de duas histórias do povo, e elaboração de frases na língua Balatiponé, acompanhada da ilustração dos peixes que compõe o catálogo pensado como produto educacional para as escolas de nossas comunidades. Durante esse percurso, também realizamos uma entrevista sobre a pesca do timbó, com o senhor Jovail Amajunepá (um dos últimos remanescente Balatiponé), que detém muitos conhecimentos sobre a cultura do povo. Por último, desejo que o catálogo produzido, *Haré nas águas dos rios Xopô e Olaripô no território Balatiponé*, resultado de todo esse processo pedagógico, inserido na educação escolar indígena, possa ajudar ainda mais no ensino da língua Balatiponé em nossas escolas e que contribua, também, para a revitalização de nossa língua, de nossa cultura, enfim, dos nossos saberes ancestrais.

Palavras-chave: Povo Balatiponé, Ensino de língua, Léxico, Peixe

Abstract

This dissertation is related to the pedagogical work that the Jula Pará school develops on the ethnic, cultural and linguistic revitalization of our Balatiponé people. This work, in addition to contributing to the strengthening of the training of education professionals, students and all members belonging to this people, helps in the process of revitalization of the Balatiponé language, which the school and community have been developing in recent years. Our reflections are based on studies related to the lexicon, such as Biderman (2001), Paula (2018), Antunes (2012), Pimentel da Silva (2019) and, especially, indigenous authors Balatiponé, Huare (2015), Kezo (2015). In addition to these authors, we bring the guidelines of the National Curricular Reference for indigenous schools, Brazil (1998), which expresses the desire of each people, in relation to indigenous school education, among other authors that deal with the theme of this work. My main objective is to facilitate and strengthen the teaching of the mother tongue in all existing schools in the territory, and to publish didactic material thinking about Balatiponé students, encourage and keep registered the names of this animal species, with the main purpose of social repercussion to the community of speakers and the people as a whole. The pedagogical action was developed in the form of workshops, during three weeks, in the morning, at the Jula Pará school, with students from the 1st year of high school, from a Didactic Unit entitled: "The origin of fish for the Balatiponé people ". We were able to successfully complete all the proposed activities, such as reading and interpreting two stories of the people, writing sentences in the Balatiponé language, accompanied by the illustration of the fish that make up the catalog designed as an educational product for schools in our communities. During this journey, we also conducted an interview about timbó fishing, with Mr. Jovail Amajunepá (one of the last remaining Balatiponé people) who has a lot of knowledge about the culture of the people. Finally, I wish that the catalog produced, Haré in the waters of the Xopô and Olaripô rivers in the Balatiponé territory, the result of this entire pedagogical process, inserted in indigenous school education, can help even more in the teaching of the Balatiponé language in our schools and that it contributes, also, for the revitalization of our language, of our culture, in short, of our ancestral knowledge.

Keywords: Balatiponé people, Language teaching, Lexicon, Pisces

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Território Umutina

Figura 2: Escola Otaviano Calmon

Figura 3 : Escola Estadual de Educação Indígena Jula Pará

Figura 4: Vocabulário da língua Umutina

Figura 5: Tema gerador Haré no primeiro dia da oficina

Figura 6: Alunos encerrando a 1ª atividade da oficina

Figura 7: Aluno Marcondes, com seu desenho de peixe

Figura 8: Apresentação dos trabalhos de Laynara e Israel

Figura 9: Apresentação dos trabalhos de Marconde e Felipe

Figura 10: Imagens do trabalho que foi realizado neste dia

Figura 11: Calendário Escolar 2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 POVO BALATIPONÉ: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL.....	14
2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL.....	20
2.1 Educação Escolar entre os Balatiponé e o ensino de língua materna.....	23
2.2 Escola Estadual de Educação Indígena Julia Pará.....	28
3 O LÉXICO NO ENSINO DA LÍNGUA MATERNA	31
4 OS CAMINHOS DA PESQUISA: O ENSINO DO LÉXICO SOBRE OS PEIXES.....	37
4.1 Preparação do percurso didático-pedagógico.....	37
4.2 Memória das oficinas pedagógicas.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
6 REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do ensino de língua materna e envolve uma parte da cultura do meu povo, narrados na história como grandes guerreiros, por passarem por várias lutas, doenças e repreensão devido ao contato com os não indígenas. Estamos localizados no estado de Mato Grosso, na aldeia Umutina, no município de Barra do Bugres.

Nós somos os Balatiponé, conhecidos na literatura como Umutina. Durante o contato, nosso povo recebeu dois nomes: Barbados e Umutina, mas, atualmente, nos autodenominamos Balatiponé. Atualmente, é bastante significativo para o povo o nome dado por nós mesmos, próprios indígenas, *Balatiponé*, que quer dizer “Povo Novo” ou “Geração Nova”. Algumas pessoas do povo não concordam com os dois primeiros nomes atribuídos ao povo, porque trazem lembranças de muitos momentos de tristeza.

Nosso povo quer se esquecer de tudo o que se passou durante o contato, queremos ser protagonistas da nossa própria história, queremos ser os próprios pesquisadores de nossa história, sendo esta a oportunidade de mudar esse fato. E nossa autodenominação é uma das formas de fortalecimento étnico e identitário, sem contar que Balatiponé é um termo de nossa língua ancestral, assim, no decorrer do meu trabalho, utilizarei a autodenominação Balatiponé.

Construir essa nova história é uma das razões que me motiva a fazer este trabalho, que considero de produção autoral, a partir da minha concepção de mundo, enquanto Balatiponé. Além do mais, o que temos em nossas escolas são materiais produzidos por não indígenas, materiais estes, que não contemplam a nossa realidade. Por isso, precisamos produzir materiais pedagógicos específicos e diferenciados, que atendam às especificidades do nosso povo, da nossa escola Balatiponé. E para ser específico e diferenciado tem de ser produzido por nós.

Também compreendemos que este é um trabalho que fortalecerá ainda mais a cultura do nosso povo, que está empenhado no processo de revitalização da nossa língua, na retomada da confecção dos nossos artefatos, do aprendizado dos nossos cantos que não eram mais ouvidos, das danças que não eram mais praticadas, das pinturas corporais que não eram expostas em nossos corpos. E, da mesma forma, com a nossa língua ancestral não foi diferente, pois foi silenciada por pressão imposta pelos não indígenas em diferentes momentos de nossa história, por chefes de posto que antes era comandado pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que de proteção não tinha nada, só estavam acabando com a cultura do nosso povo.

Já tem algum tempo, os artefatos, os cantos, as danças e as pinturas corporais começaram a ser praticados, por incentivo de alguns Balatiponé que compreenderam o quanto é importante a cultura de um povo. Nesse contexto de luta, de retomada, a escola tem um papel fundamental, e é por meio dela e dos professores Balatiponé que essa situação vem mudando

nos últimos anos, inclusive, esse trabalho de revitalização da língua e da cultura está assegurado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Se em tempos passados, a escola foi lugar de repressão e silenciamento de nossos saberes, de nossa cultura e, principalmente, de nossa língua originária, hoje, ela é um espaço e um instrumento muito forte de reavivamento e retomada de nossos saberes ancestrais.

A língua falada hoje por nós, Balatiponé, é o português, como primeira língua, mas há um grande esforço na tentativa de revitalizar nossa língua ancestral por parte de pessoas da comunidade, para que voltemos a praticar parte de nosso idioma, seja na escola, na comunidade e em outros espaços existentes em nosso território. Como membro deste povo e educador, todos os meus projetos sempre foram pensados para a publicação de materiais produzidos na língua Balatiponé, assim como foi feito no projeto de pós-graduação, em nível *lato sensu*, com o tema “Construção de frase na língua Umutina, a partir dos seus elementos culturais”, material esse voltado para o fortalecimento do idioma ancestral, assim como, esta dissertação de mestrado que traz um produto pedagógico escrito somente na língua Balatiponé, e que irá atender aos anseios de nossa escola e comunidade.

Nesse sentido, existem vários trabalhos realizados por alguns pesquisadores com os Balatiponé, entre estes, estão os dos professores Balatiponé e dos não indígenas. São produções específicas referentes à língua Balatiponé que podem servir de suporte para outros trabalhos.

Sendo assim, este trabalho está conectado com este momento de luta para revitalizar a língua e cultura do nosso povo e, como este território é rico em variedades de peixes e animais, dos quais este povo sempre dependeu para sobreviver, foi que surgiu a ideia de desenvolver um material pedagógico por meio da catalogação de espécies de peixes na língua Balatiponé. Acredito que será um material que vai ajudar muito no incentivo à revitalização e valorização de nossa língua originária, principalmente, porque será um material que contribuirá para que o conhecimento do nosso povo chegue até as crianças e os jovens que estão na fase de aprendizagem, pois poderão apreciar ou desfrutar deste material após sua conclusão.

Nesse percurso, trago uma proposta didático-metodológica para o ensino da língua Balatiponé, a partir do léxico remanescente, considerando os aspectos linguísticos, culturais e cosmológicos do nosso povo. Essa proposta envolve o registro, na língua Balatiponé, dos nomes de peixes existentes nos rios do nosso território, que resultou num produto educacional específico não só para o trabalho com a língua Balatiponé, na escola, mas para as diversas áreas do ensino, pois a língua permeia todas as áreas do conhecimento. Com isso, estaremos contribuindo, ainda, com reflexões didático-metodológicas para o ensino de língua materna em escolas indígenas.

A metodologia do meu trabalho se compõe, por um lado, de pesquisa bibliográfica, em diálogo com autores que também tratam sobre o ensino de língua materna na escola indígena. Essa etapa, a qual exige a leitura de estudiosos da área, é fundamental para uma reflexão mais aprofundada sobre o tema da pesquisa, portanto, dialogaremos com estudos de Biderman (2001), Paula (2018), Antunes (2012), Pimentel da Silva (2019) e, especialmente, de autores indígenas Balatiponé, Huare (2015), Kezo (2015). Além desses autores, trazemos as orientações do Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas, Brasil (1998), que expressa o desejo de cada povo, em relação à educação escolar indígena, entre outros autores que tratam sobre o tema desse trabalho.

E como se trata de um mestrado profissional, o foco está na ação pedagógica e na proposta de um produto pedagógico/educacional, pois um dos objetivos principais desse mestrado é contribuir para a melhoria do ensino em nossas escolas indígenas e oportunizar aos professores a elaboração de produções pedagógicas autorais que considerem a realidade do contexto onde estamos inseridos e, principalmente, das nossas escolas.

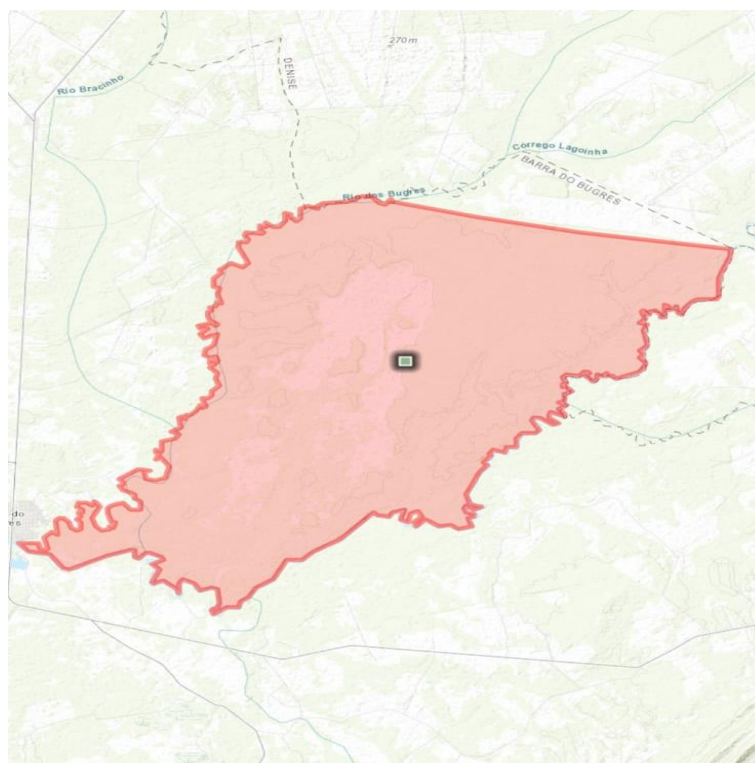
Sendo assim, nossa ação pedagógica consiste no percurso didático-metodológico, durante o qual conduzi, como mediador, todo o processo de ensino-aprendizagem voltado para língua materna, aqui no caso, o ensino da língua Balatiponé, a partir do léxico referente ao nome dos peixes que povoam as águas dos rios Bugres e Paraguai. Como produto educacional, resultado de todo esse processo pedagógico, apresento um catálogo ilustrado, com pequenas descrições, na língua Balatiponé (léxico e pequenas frase), sobre as espécies de peixes existentes nos córregos e nos principais afluentes do território Umutina, produzido juntamente com meus alunos e alunas do 1º ano do Ensino Médio, da Escola Estadual de Educação Indígena Julia Pará. É uma turma com a qual eu já vinha trabalhando há algum tempo, especificamente, com a língua Balatiponé, e se mostrava interessada em aprender sobre a própria cultura, de modo geral. Assim, quando chegou o momento de elaborar a proposta do projeto, eles se dispuseram em contribuir, participando ativamente da pesquisa.

E para atender aos objetivos propostos na minha pesquisa, o texto está assim organizado: no capítulo I, faço uma contextualização geral sobre o meu povo Balatiponé; capítulo II, trato um pouco sobre a educação escolar indígena e o ensino da língua materna na escola, e como esse componente está inserido no currículo escolar; no capítulo III, trato do ensino do léxico. Por fim, faço as considerações finais, retomando o caminho percorrido durante a pesquisa, com reflexões a respeito dos resultados obtidos em relação ao tema deste trabalho.

1 POVO BALATIPONÉ: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

Neste capítulo, apresento uma contextualização geral sobre o meu povo Balatiponé, trazendo informações sobre o nosso modo de vida, população, onde estamos localizados e nossa organização social.

Figura 1: Mapa do Território Umutina



Fonte: <https://terrasindigenas.org.br>

O Território Indígena Umutina, do povo Balatiponé, pertence ao município de Barra do Bugres-MT, e possui uma extensão territorial, segundo os dados da FUNAI, de 28.120 hectares, com seis aldeias distribuídas ao longo do território, sendo elas: Umutina; Bakalana; Águas Corrente; Adonai, Uapo e Massepô, além das aldeias Boropô; Cachoeirinha; Katamã; Barreiro; Alto Retiro; Amoroso e Acorizal, que estão em processo de formação.

O povo conta com uma população de, aproximadamente, 600 pessoas, entre crianças, adultos e anciões, no entanto, de acordo com dados do censo de 2021, realizado pela saúde indígena local, os que permanecem, de fato, na terra, somam 402 pessoas; os 187 restantes vivem em diversos lugares fora do território nas cidades vizinhas.

A nação Balatiponé recebeu o primeiro nome de “Barbados”. Conforme descreve Schultz (1953, p.98), “índios Barbados é um apelido dado aos Umutinas pelos neo-brasileiros, por causa do uso de um cavanhaque ralo, que para esses índios é motivo de orgulho”. Já “Umutina”, foi nome dado por outro povo, quando estavam querendo civilizar este povo juntamente com os Paresi. Ao avistar pela primeira vez os “Barbados”, os Paresi os chamaram de *Imuti* (não indígena) pelo fato do nosso povo ter a pele bastante clara, com característica do não indígena. Os não indígenas, por não entenderem direito a pronúncia do nome, acharam que estavam chamando de Umutina e ficou este nome.

Atualmente é bastante significativo para o povo o nome dado pelos próprios indígenas pertencentes a nós, Balatiponé, que quer dizer “Povo Novo” ou “Geração Nova”. Algumas pessoas do povo não concordam com os dois primeiros nomes atribuídos ao povo, porque trazem lembranças de muitos momentos de tristeza.

Séculos atrás, nosso povo Balatiponé foi uma população muito numerosa e dominava vasta área geográfica, circulando desde o rio Sepotuba, Cuiabá, Cáceres à Serra dos Parecis.

Em seu livro *Os Vinte e Três Índios Resistem à Civilização*, o etnólogo Harald Schultz faz o seguinte registro:

Quantos Umutina ainda existem?" "Não sei, seu Haroldo, não sei quantos são agora. Morreram muitos da epidemia aí por 1920 ou 17. Antigamente eram muitos. Era gente como formiga! Faz poucos anos, ainda vinham grupos deles até aqui na minha casa. Nunca tiravam nada. Mas eu e minha mulher dávamos tudo que pediam, de medo deles. São terríveis! O senhor vai ver! O senhor é um herói! Nós aqui não queremos nada com aqueles bichos do mato (SCHULTZ, 1953, p.11).

Pouco mais de um século para cá, nosso número populacional foi sendo reduzido violentamente, por ocasião do encontro hostil com os não indígenas que passaram a explorar a seringa e a ipeca/poaia no território, onde antes os nosso antepassados se movimentavam sem preocupações maiores.

Tal contato gerou mortes por ataques físicos oriundos do poder bélico dos não indígenas que avançavam e dominavam cada vez mais a área que até então era frequentada pelos Balatiponé, com segurança; assim, o contato quando não ocasionava mortes por batalhas, era por epidemias, sendo elas letais ao sistema imunológico dos contatados.

Diversos relatos dos mais velhos, ao recordarem o passado, confirmam e expressam revolta por terem sido submetidos a essa passagem marcante na história dos mais antigos. Por esse motivo, não gostam de falar sobre o assunto, porque assim como qualquer outro povo deseja viver em paz em seu lugar de origem, os Balatiponé não eram diferentes, no entanto, para se proteger ou proteger o território, muitos guerreiros se colocavam na linha de frente sacrificando suas próprias vidas para garantir o território para sua próxima geração.

Foi enfrentando essa adversidade, ao longo desse período, que foi se perdendo liberdade de circulação e aproveitamento dessa maior área até estar na atual que, em comparação à área ocupada há 200, 300 anos, é bem menor. Antes do contato, o número de pessoas era mais de 1.000 membros Balatiponé, e com o contato, no ano de 1945, chegou a 23 membros dessa etnia (SCHULTZ, 1953).

O povo estava correndo o risco de sucumbir para sempre, levando toda honra, história, saberes e sua marca no mundo enquanto coletividade. E, por perceberem que essa redução do número de pessoas poderia extinguir o povo, uma política do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi planejada para que integrantes de outras etnias viessem a residir no território Balatiponé, constituir famílias e ajudar no crescimento demograficamente da população, mantendo o que restou do povo, inclusive, o território.

A partir dessa política, o povo local se miscigenou consanguínea e culturalmente a outras etnias. Isso, com o tempo, afetou a tradição local em vários aspectos. E hoje, mesmo vivendo essa complexidade étnica, no mesmo território convivem dez povos diferentes: Balatiponé, Paresi, Bororo, Nambikwara, Terena, Manoki, Kayabi, Bakairi, Chiquitano e não indígenas.

O coletivo está em processo de retomada das práticas ancestrais Balatiponé por ser raiz desta terra em questão: a língua originária, os artefatos, as pinturas corporais, a história, a literatura, a educação própria, a culinária, entre outros saberes Balatiponé.

Existem práticas milenares que não se perderam e que ainda hoje são realizadas, como: caça, pesca e, inclusive a agricultura de subsistência (mandioca, arroz, milho, feijão, banana, batata, melancia, entre outras culturas).

A prática de plantar, aliada a de caçar, pescar e de coleta de frutos em um território mais vasto, era suficiente para manter as famílias e toda a população em tranquilidade, porém, por vivermos num menor espaço, atualmente, não é possível lidar com a terra da mesma maneira como se lidava em séculos anteriores. Essa situação fez com que nosso povo, mesmo vivendo diversas crises, buscasse meios de se adaptar a essa nova realidade.

O mundo moderno apresenta demandas de sobrevivência, que somente o modo tradicional de se viver não dá mais conta de suprir, por isso, foram e são necessárias mudanças em nosso modo de viver, pois as condições de vida no contexto atual exigem isso. Enquanto algumas famílias se articulam e se sobressaem para dar conta das despesas do dia a dia, do mês, outras enfrentam desafios para pôr um alimento digno sobre a mesa. Nesse aspecto, a economia também se transformou, não sendo possível desenvolver nada no território que não necessite de investimento financeiro, pois praticamente tudo envolve capital, seja em atividades de lidar com a terra, seja nas despesas de casa, familiar. Por razão de todo o processo histórico de resistência e luta, nosso povo viveu e ainda vive uma opressão cultural; não se mantém confortável e dignamente em sua própria casa.

A educação de cunho tradicional própria do povo, promovida pela família em seus respectivos ambientes e que é transmitida de geração para geração, é de extrema relevância

como símbolo identitário do nosso povo, sendo esta diferente da escolar, mas que deve ser preservada e fortalecida pela educação escolar que temos em nosso território, por meio de três escolas: a Julá Paré (Aldeia Umutina), que atende desde o ensino infantil ao ensino médio; Luiz Gonzaga Quezo (Aldeia Bakalana), que atende desde o ensino infantil do pré I ao 5º ano do ensino fundamental; e a escola Massepô (Aldeia Massepô), que também atende desde a educação infantil do pré I ao 5º ano do fundamental. É importante destacar que o corpo docente e a gestão de todas as escolas são constituídas por profissionais com graduação em ensino superior e, muitos com pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, membros do próprio povo.

A educação escolar é dever do Estado e associada à educação indígena é mais valiosa ainda, por isso, queremos somar e fortalecer esse papel que é de extrema importância para qualquer sociedade, através do trabalho e renda que estimularão as famílias e, logo, os jovens estudantes a aprenderem e participarem com mais desejo do estudo, bem como, os professores, de ensinar. A educação escolar no território é uma conquista da luta de lideranças mais velhas (algumas já se foram) e é um elemento valioso dentro da comunidade, mas está em risco, porque famílias migraram e continuam migrando para as cidades à procura de alternativa de renda.

Com relação à saúde indígena e à medicina tradicional, assim como a educação, são muito importantes para o povo. A saúde, no território, através da política de Estado, também foi uma grande conquista de movimento político local. Hoje há um atendimento de saúde dentro do território Balatiponé, chamado de medicina convencional, do Wasse (não indígena). Quanto à medicina tradicional do povo, todos da comunidade ou de cada família já a conhecem, e o remédio se encontra nas florestas do território, sendo retirado das folhas, dos cipós e das árvores. É um conhecimento indígena passado de geração para geração. Na aldeia Umutina, há um postinho que faz atendimento básico de saúde no território, com profissionais, como: médico, enfermeiro, agentes de saúde indígenas (AIS), agentes indígenas de saneamentos (AISAN) e técnicos de saúde do próprio território, mas desejamos promover ainda mais a saúde em relação ao tratamento tanto convencional como o tradicional para se ter uma vida de mais qualidade. No período de pandemia da Covid-19, o que amparou a população do território foram os saberes e as práticas tradicionais que todos efetuaram para se imunizar, graças ao conhecimento passado dos anciões para esta geração atual, caso contrário, seria mais outro extermínio por doença infectológica, como outrora ocorrera.

Neste território, juntamente com a escola, o desafio maior do povo é retomar a língua ancestral e, para isso, a escola está fazendo o seu papel, ou seja, ensinando na escola a língua Balatiponé. A língua materna é uma das disciplinas específicas dentro do currículo da escola

Jula Paré, com uma carga horária de 80 horas, durante o ano letivo, para cada turma, a partir do 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio.

Este tipo de trabalho, como se refere à língua, cabe a nós, docentes indígenas Balatiponé, dar continuidade aos trabalhos específicos na língua ancestral, como já vem acontecendo, pois já existem várias publicações bilíngues Balatiponé-Português feitas por indígenas pertencentes a este povo e não indígenas que buscaram conhecer a nossa história. Estes materiais publicados estão servindo como materiais pedagógicos de apoio para os professores Balatiponé, assim como, para os alunos quando iniciam seus estudos nas escolas existentes em nosso território.

Citarei aqui alguns trabalhos importantes sobre os Balatiponé, começando por Schultz (1962), *Informações etnográficas sobre os Umutina*, um dos primeiros pesquisadores que se adentrou ao meio do convívio com o povo. Outro trabalho foi da autora Stella Virgínia Teles de Araújo Pereira Lima, com o tema *A língua Umutina: um sopro de vida*, no ano de 1995, que retrata bem a cultura de modo geral e, principalmente, sobre a língua materna do povo. No ano de 2012, tivemos a tese de doutorado da professora Mônica Cidele da Cruz, com o título: *Povo Umutina: a Busca da Identidade Linguística e Cultural* (CRUZ, 2012), trabalho este que também é muito importante nos dias de hoje para os docentes e ajuda na revitalização da língua. Estes são alguns trabalhos bastante importantes, produzidos por autores não indígenas que conheceram um pouco sobre a história do nosso povo.

Quero também aqui deixar registrado os trabalhos de alguns indígenas Balatiponé sobre a história do próprio povo, como o trabalho de monografia intitulado: *Construção de frases na língua Umutina, a partir dos seus elementos culturais* Quezo, 2010); a dissertação de mestrado com o tema *Léxico Remanescente Umutina: Repertório Linguístico de seus lembrantes*, de Tan Huare (2015); e *Mataré Balatiponé*, cartilha trazendo a escrita na língua, representada com figuras de animais, peixes e aves, produzida por Ariabo Kezo (2015).

Os trabalhos citados têm como base todos os já mencionados dos professores não indígenas que pesquisaram os anciões Balatiponé que nos dias de hoje não se encontram em nosso meio, porém, deixaram registrada um pouco da identidade do povo através dos pesquisadores não indígenas.

Passemos, agora, ao próximo capítulo, no qual trataremos uma contextualização geral da educação escolar indígena, após a Constituição Federal de 1988.

2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL

A educação escolar indígena é um dos caminhos que pode contribuir para a garantia da cultura indígena, dos seus costumes e, principalmente, da língua materna de cada povo. E com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, a educação escolar indígena passou a ser vista como algo positivo, assegurando aos indígenas o direito à educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue. Sobre isso, o Artigo 231 da Constituição Federal destaca que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

Também em seu artigo 210, parágrafo § 2º, fica assegurado às populações indígenas que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Nesse sentido, a educação escolar indígena passa a ser um dos caminhos na lei federal para garantir a cultura indígena, os seus costumes e, principalmente, a língua materna dos povos originários.

Oito anos depois, em 1996, institui-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, Lei 9.934/1996, que reafirma os direitos assegurados pela Constituição de 1988 e regulamenta a educação escolar indígena nos seguintes dispositivos:

Art. 32, § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (BRASIL, 1996).

Com base nos Artigos 78 e 79, podemos observar claramente que a educação escolar indígena deve ser ofertada de modo diferenciado, que deve ser bilíngue e intercultural, que seja uma educação que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena, e proporcione a oportunidade de recuperar de suas memórias indígenas

históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhe também, acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade não indígena.

Ainda nessa direção, em 1998, para assegurar mais os valores da educação nas escolas indígenas, é publicado o Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas (RCNEI), baseado na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que direcionam à construção de novas escolas, que respeitem a vontade dos povos indígenas e que valorizem as práticas culturais de cada povo.

O RCNEI vem como documento para reforçar o que traz a LDB, com orientações para auxiliar a formação de professores indígenas, com reflexões críticas em relação à organização e planejamento do currículo escolar, permitindo uma aproximação maior com a realidade das comunidades indígenas, com a diversidade linguística, apontando caminhos para o protagonismo indígena, com novas experiências pedagógicas nas escolas indígenas.

Outro documento, no âmbito da educação escolar indígena, foram as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, publicado em 1999, que criou a categoria Escola Indígena, propondo a ampliação de cada unidade escolar para além das esferas municipais e estaduais até os territórios indígenas.

É mais um documento que reafirma os direitos assegurados na Constituição Federal, pois estabelece o funcionamento da escola em territórios onde estão as comunidades indígenas, o ensino na língua materna e a organização própria de cada povo (Art.2º), além da participação da comunidade no planejamento das atividades da escola (Art.10).

Complementando as legislações já mencionadas, também trazemos o Plano Nacional de Educação, regulamentado pela Lei 3.005/2014, que traz como um de seus princípios, a oferta de uma educação que “considerem as necessidades específicas das populações do campo, e das comunidades indígenas e quilombolas, assegurados a equidade educacional e a diversidade cultural”(BRASIL, 2014).

Além desses documentos, a educação escolar indígena diferenciada, também está assegurada na Convenção 169 da OIT sobre os Povos Indígenas e Tribais nos Países Independentes, na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e na Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Essa Convenção foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro mediante o Decreto 5.051/2004, recentemente revogado e substituído pelo Decreto 10.088/2019.

Sabemos que foram muitas as conquistas, a partir da Constituição Federal, assegurando o direito a uma educação diferenciada, intercultural e bilíngue, porém, há muito que ser feito, pois ainda há falta de professores formados para atuarem nas escolas de muitas comunidades

indígenas, falta de material didático específico, as condições de infraestrutura de nossas escolas ainda são precárias, sem contar com comunidades indígenas que ainda não têm escola construída.

Passados, exatamente, 34 anos, após promulgação da Constituição, nossa lei maior, muitos direitos estabelecidos na legislação ainda não foram cumpridos e concretizados em nossas escolas indígenas. Isso nos mostra que é preciso estarmos vigilantes e resistentes na luta para que possamos garantir os direitos, historicamente, conquistados.

2.1 Educação Escolar entre os Balatiponé e o ensino de língua materna

A história da educação escolar entre o povo Balatiponé começou com o SPI-Serviço de Proteção aos Índios, muito antes da criação da Escola Estadual de Educação Indígena Jula Paré, mantida pelo município e pelo estado. Dessa forma, é de extrema importância nos remetermos ao passado, uma vez que a efetivação do ensino escolar para o nosso povo também faz parte da nossa história como indígena desse país.

A primeira escola na nossa aldeia foi construída no ano de 1943, pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com material de alvenaria, fabricado na própria aldeia. Recebeu o nome de Otaviano Calmon, em homenagem ao Chefe de Posto funcionário do SPI, que tinha o mesmo nome. A escola atendia da primeira à quarta série do ensino fundamental, em regime multisseriado. As aulas não eram mantidas com regularidade devido à falta de professores que não se adaptavam à vida na aldeia, o que prejudicava a vida escolar dos alunos.

Figura 2: Escola Otaviano Calmon



Fonte: Luizinho Ariabo Quezo, 2022

A educação ofertada nesse período, conforme a ideologia da época, buscava a “integração dos índios à comunidade nacional”, em outras palavras, era uma educação que tinha como objetivo a aculturação dos índios sendo ensinados apenas conteúdo fora da realidade indígena. A língua, os rituais e os costumes eram severamente reprimidos. A ordem deveria ser mantida a qualquer preço, e o chefe de posto, funcionário do SPI, comandava tudo com “mão de ferro”. Com a extinção do Serviço de Proteção aos Índios, a escola passou a ser mantida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Essa realidade se manteve até por volta da década de 1980, quando começam algumas mudanças com o ingresso dos professores Filadelfo de Oliveira Neto e Alice Kupodonepá, moradores da aldeia, sendo os primeiros indígenas a lecionar na Escola Otaviano Calmon que até então era comandada por não indígenas. Nesse período, a escola passou a ser mantida pela Prefeitura Municipal de Barra do Bugres e a demanda de alunos passou a aumentar a cada ano. Os alunos que concluíam a quarta série tinham duas opções: ou paravam de estudar ou tinham de estudar nas escolas de Barra do Bugres, enfrentando inúmeras dificuldades como falta de transporte, falta de condições para comprar os materiais escolares exigidos, as más influências, o preconceito, a discriminação. Tudo isso provocava cada vez mais o afastamento de suas famílias e, conseqüentemente, de sua cultura e de seus costumes.

Como a demanda de alunos tornou-se cada vez maior e as dificuldades para manter os alunos nas escolas da cidade também foram aumentando, a comunidade começou a reivindicar a implantação da 5ª a 8ª série. Outra justificativa para a implantação foi que o número de

professores na aldeia também aumentou, com a formação em nível de magistério, pelo Projeto Tucum, de Luizinho Ariabo Quezo, Maria Alice Cupudonepá e Jovail Amajunepá.

No ano de 2001, teve início o curso de Licenciatura Intercultural, onde ingressaram os professores Filadelfo de Oliveira Neto, Luizinho Ariabo Quezo, Maria Alice Cupudonepá, Marcio Monzilar Corezomaé, Eneida Kupodonepá, Osvaldo Corezomaé Monzilar, Edna Monzilar, Eliane Boroponepá Monzilar e Clícia Tan Huare. Os professores Jairton Kupodonepá, Ducineia Tan Huare e Silvinho Amajunepá tiveram formação na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em cursos regulares.

Em 2003, com a construção do novo prédio escolar, tiveram início as aulas de 5ª a 8ª série, turmas estas que passaram a ser mantidas pelo município. E no ano de 2004, tiveram início as aulas do ensino médio, o qual funcionou como extensão da Escola Estadual Júlio Muller, de Barra do Bugres. Em 2005, no dia 24 de junho, foi criada a Escola Estadual Jula Paré, em homenagem ao senhor que foi e ainda é uma das grandes referências em cultura, língua e conhecimentos tradicionais do povo Balatiponé.

A partir daí, o estado passou então a assumir o ensino fundamental de 5ª a 8ª série e o ensino médio. Atualmente, todos os funcionários que trabalham na escola, professores, diretor, merendeiras, auxiliares de limpeza e técnico administrativo são indígenas pertencentes ao povo Balatiponé.

O ensino é voltado para nossa realidade, contendo componentes curriculares dentro da nossa matriz que contemplam a língua Balatiponé, a cultura, as artes e outros conhecimentos das escolas não indígenas, com um calendário escolar de acordo com a nossa realidade.

A língua materna é um dos elementos mais fortes de nossa identidade, ligada fortemente à cultura, aos nossos cantos, à espiritualidade, à cosmologia, ao território, por isso, dá-se tanta importância para o seu ensino na educação escolar, pois quando, no cotidiano, tem-se o risco de perdê-la, de que ela deixe de existir e com ela deixem de existir valores, histórias, artes, cantos, enfim, o patrimônio imaterial de um povo, é preciso criar mecanismos para que ela sobreviva ou, no caso do povo Balatiponé, que seja colocada em funcionamento, mesmo que não em sua totalidade. Sabemos que, embora nossa língua originária não exerça função comunicativa em sua plenitude, memórias dessa língua ainda permanecem vivas na comunidade, por intermédio da escola, em situações cotidianas da comunidade, em apresentações culturais. São lembranças de traços da língua que se resumem a pequenas frases e ao léxico, principalmente, ao léxico que nomeia elementos da fauna e da flora, como o nome de determinados animais e plantas. Isso significa que:

A volta dessa língua ao convívio cultural e ao seio da família, nas interações cotidianas, na feitura de conhecimento, representa uma grande conquista para a comunidade. É, de fato, um processo de descolonização, no sentido mais profundo que, no entendimento de Paulo Freire, significa expulsar essa sombra pela conscientização, esta é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora e, por isso, respeitadora do homem e da mulher como pessoa (PIMENTEL DA SILVA, 2019, p. 07).

No caso do ensino da língua Balatiponé, a escola vem há alguns anos, desenvolvendo um trabalho forte de revitalização linguística, cultural e identitária de nosso povo, e isso já tem mostrado resultados positivos, pois a autoestima dos mais jovens melhorou bastante, e hoje, eles não têm mais vergonha de reafirmarem a identidade étnica como Balatiponé.

Nesse sentido, muitas escolas indígenas vêm desenvolvendo trabalhos importantes para que haja uma inserção cada vez maior do estudo e no uso efetivo de suas línguas ancestrais no seu interior com reflexos em toda a comunidade, como podemos constatar a seguir:

Muitos dos espaços de usos especializados dessas línguas encontram-se, segundo os pesquisadores citados, em condições de retomada de saberes milenares e de ativação cultural. Os Karajá, os Xerente e os Tapirapé estão adotando políticas de criação para nomear realidades novas que surgem mediante a convivência intercultural em diferentes contextos de comunicação. Também faz parte da política de vitalidade das línguas indígenas a publicação dos saberes especializados para circular nas comunidades indígenas, entre gerações, nas escolas indígenas, e também como um meio de tornarem-se conhecidos pela sociedade não indígena (PIMENTEL DA SILVA, 2019, p.03).

Para nós indígenas, além do ensino da língua originária na escola, é importante também trabalhar a cultura de cada povo, como os artefatos, a dança, a pintura corporal, o canto, as comidas e bebidas tradicionais, enfim, a cultura material e imaterial de um modo geral.

Vale destacar que o ensino de língua materna nas comunidades indígenas não acontece somente quando a criança chega à escola. Em relação a isso, Fargetti (2018, p. 116) faz os seguintes questionamentos:

Em que momento as crianças aprendem as línguas e como se dá esse aprendizado? O aprendizado das línguas é assegurado nos espaços familiares e /no contexto social e coletivo, como: reuniões e assembleias? Quais são as línguas que elas aprendem? Entender como esse processo de aprendizagem acontece é um desafio, e mais que isso, é uma forma de contribuir para reflexões e ações acerca do ensino de línguas em comunidades indígenas.

Há quase um século, o povo Balatiponé sofreu uma terrível pressão por parte do contato com o não indígena. Fomos proibidos de praticar nossa cultura, pois tínhamos de viver ali como os não indígenas quisessem. Penso que eles consideravam o povo como animal, querendo nos

ensinar a ser pessoas civilizadas, sendo que já vivíamos unidos em comunidade, vivendo da caça, da pesca e de nossas roças de toco, sempre em harmonia com a natureza. Com esse ato imposto pelos não indígenas, nosso povo deixou de praticar a dança, os cantos, de fazer nossa pintura corporal, de confeccionar nossos artefatos, de comer nossos alimentos tradicionais e, principalmente, de nos expressarmos em nossa língua ancestral.

Na época do SPI, segundo nossos anciãos, se alguém presenciasse algum Balatiponé praticando qualquer ação da cultura, era castigado severamente. Inclusive, tinha um local onde deixavam, ali, as pessoas que não obedecessem à ordem imposta pelos chefes de posto. Mesmo assim, alguns membros do meu povo continuaram resistindo a essa imposição por parte dos não indígenas, ficando na memória a língua materna que era falada diariamente no convívio familiar e comunitário.

Aproximadamente, em 1990, tem início a primeira manifestação pela educação escolar indígena no estado de Mato Grosso, com o curso de magistério específico, em nível de ensino médio, para professores indígenas que já atuavam em suas aldeias. A partir dessa conquista, a cultura começou a se fortalecer dentro das aldeias, principalmente, na nossa escola. Com a formação desses professores, em nível de magistério, só veio a melhorar o ensino específico e diferenciado na escola da aldeia e, assim, começa, a partir de então, o trabalho de revitalização da cultura e da língua Balatiponé.

Por conta de todo histórico de interdição e apagamento de nossa língua originária, ela consta no currículo da escola como L2, pois somos falantes do português como primeira língua, portanto, “o português como primeira língua será a língua de instrução e disciplina curricular, mas é fundamental que se procure, dentro das possibilidades, criar condições para a retomada da língua indígena” (BRASIL, 1998, p. 123).

É essa, portanto, a situação sociolinguística vivida pela nossa comunidade indígena, onde o português é a língua materna (L1), ou seja, a língua interdita pelo Estado ao longo da história perdeu seu *status* de língua materna para o português, que se tornou a L1 na comunidade indígena.

E essa é uma situação que se assemelha à realidade de muitas comunidades indígenas do país, as quais não possuem mais suas línguas ancestrais, e a escola passa a ser um instrumento de revitalização dessas línguas. É um processo de revitalização ou recuperação porque “as línguas já não são mais transmitidas de geração a geração no seio familiar e nem no cotidiano dos membros da comunidade. Deste modo, coube às escolas e aos espaços culturais o papel de revitalização dessas línguas dentro de cada comunidade indígena, por meio do ensino” (LIMA, 2018, p.15).

Nossa matriz curricular tem como componente obrigatório a língua materna dos nossos ancestrais, porque ainda nos dias de hoje falamos somente em português, mesmo tendo várias etnias morando no mesmo lugar. Uma vez em concordância com todos os membros do território em uma reunião, ficou acertado que será ensinada na escola somente a língua materna do povo Balatiponé, não impedindo outra etnia de falar seu idioma com sua família, que ficaria para ensinar na escola somente a língua do povo originário do território, que é o Balatiponé. Considerando, então, essas questões, o ensino da língua Balatiponé na escola tem a seguinte finalidade:

A língua indígena Umutina é ensinada em sala de aula para compreender, conhecer e fortalecer a prática linguística. A língua indígena Umutina entra no currículo como segunda língua, é objeto de estudo e reflexão, tanto no oral quanto na escrita. Contribui para que os alunos conheçam com mais profundidade sua própria língua e ampliem sua competência no uso da mesma (PPP, 2021, p.15).

Acontecem, durante a semana, as aulas do componente curricular de língua materna dos nossos ancestrais com duas horas/aulas por semana, totalizando anualmente 80 horas/aulas dessa disciplina. Com essa ação, já avançamos muito na parte cultural do povo, principalmente, na área do idioma, pois os alunos já se cumprimentam uns com os outros, e hoje temos o apoio dos pais incentivando os seus filhos a valorizar a sua identidade cultural.

E como já mencionado anteriormente, embora nossa língua ancestral não exerça plena função comunicativa em nossa comunidade, e o ensino da língua esteja pautado no léxico, como parte do vocabulário e algumas expressões (frases), pois é essa a situação sociolinguística que enfrentamos, essa língua continua funcionando em nossas memórias, como parte identitária de cada um de nós.

Antes de passarmos ao próximo capítulo, quero apresentar a escola de nossa aldeia, pois é ela o coração de todo o trabalho de revitalização cultural e linguística de nosso povo.

2.2 Escola Estadual de Educação Indígena Julia Pará

A Escola Estadual de Educação Indígena “Julia Pará” foi criada pelo decreto 6013 do D.O de 24/06/2005, e atende aos estudantes que residem na aldeia Umutina, considerada aldeia central, e as demais aldeias existentes no território: aldeia Masepô (distante 20 km); aldeia Bakalana (18 km); aldeia Adônai (08 km); aldeia Águas Correntes (08 km); aldeia Vale do Rio Bugres (09 km); aldeia Boropô (05 km); aldeia Katamã (06 km) e aldeia Cachoeira (14 km).

Figura 3 : Escola Estadual de Educação Indígena Jula Pará



Fonte: Luizinho Ariabo Quezo

A escola está localizada em um ponto estratégico da aldeia Umutina e está bastante compromissada com os processos de ensino e aprendizagem. Tem um bom relacionamento com a comunidade em geral, pois sempre há participação significativa dos pais e de toda comunidade nas atividades e nos eventos organizados. Ela é referência cultural, social, política e econômica entre o povo. Essa relação escola-comunidade se mostra na participação dos pais nas reuniões, nos eventos culturais, principalmente, na semana cultural, que acontece no mês de abril, nas atividades escolares, na participação de anciões, lideranças e cacique, no mutirão escolar e da comunidade, nas atividades de campo e na roça escolar.

No período matutino, a escola atende aos estudantes dos 8º e 9º anos do ensino fundamental e ensino médio, das 7 às 11 horas. No período vespertino, acontece o atendimento dos 6º e 7º anos do ensino fundamental e EJA, das 13 às 17 horas. O horário das aulas é flexível, conforme a demanda e as necessidades de atendimento aos estudantes.

Devido à pandemia da COVID-19, a partir do mês de março de 2020, as aulas foram mantidas por meio de ensino remoto, com material apostilado, elaborado pelos próprios professores. A cada bimestre uma apostila foi entregue aos pais ou responsáveis pelo estudante e, estes devolviam para correção dos professores a apostila entregue anteriormente. Esta foi uma forma de atendimento que trouxe muitas dificuldades para a realidade que nós vivemos, pois muitos alunos residem em aldeias distantes, não têm celular, computador e acesso à internet. Nesse contexto, sanar as dúvidas deles se tornou muito difícil, mas a cada nova apostila distribuída, os professores procuravam meios de avaliar e resolver essa problemática.

Vale destacar que, mesmo com todas as dificuldades, todos os pais de alunos contribuíram bastante para essa nova metodologia de trabalho, pois foi necessária neste contexto da pandemia. Foram criados grupos nas redes sociais para sanar as dúvidas dos estudantes e incrementar as aulas com outros materiais, como fotos, vídeos, entre outros.

Neste ano de 2022, a Escola Estadual de Educação Indígena Julia Pará continua atendendo ao ensino fundamental, que é do 6º, 7º, 8º e 9º ano, e ensino médio (1º ao 3º ano e o Eja do ensino médio), totalizando oito turmas de alunos, nos períodos matutino e vespertino. Neste mesmo ano, a escola recebeu recurso para fazer uma reforma geral, pois estava precisando, e isso melhorou bastante o visual da escola. A escola tem 04 salas de aulas, 01 sala para laboratório de informática, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 lavatório, 01 sala da direção, 01 sala da coordenação, 01 sala da biblioteca e banheiros masculinos e femininos. Esses espaços são utilizados diariamente pelos profissionais que trabalham na escola e pelos alunos que estudam. Há outros dois prédios que fazem parte da escola; um desses prédios tem 01 sala de aula, 02 quartos, 01 sala de recepção, 01 cozinha pequena, 01 varanda e mais um banheiro; e o outro prédio menor tem 02 salas pequenas e mais 01 banheiro.

Essa é a escola que recebe todos os alunos Balatiponé, um espaço suficiente para atender às demandas necessárias do povo na educação, porém, foram anos de reivindicação para que a escola recebesse essa estrutura que temos hoje na aldeia.

Ainda temos no mesmo terreno da Escola Estadual, o prédio da Escola Municipal Indígena Julia Pará, atendida pela Secretaria de Educação do município de Barra do Bugres (Semec). As turmas de alunos atendidos nessa escola são as turmas de pré I e pré II do ensino infantil e os 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental, no turno matutino, das 07 às 11 horas. Todos os professores são contratados pela secretaria de educação do município, sendo ao todo 05 professores; 03 trabalham nesta escola, uma trabalha na escola da aldeia Macepô e a outra trabalha na escola da aldeia Bakalana.

As duas escolas citadas são extensão da Escola Municipal Julia Pará da aldeia Umutina, que atende aos alunos a partir do Pré I até o 5º ano do ensino fundamental I. Os alunos que terminam o 5º ano são obrigados a se matricular na Escola Estadual de Educação Indígena Julia Pará da aldeia Umutina, sendo transportados de sua aldeia por uma Kombi e um micro-onibus até escola estadual, localizada na aldeia Umutina.

Esta é a escola do povo Balatiponé nos dias atuais, envolvendo o ensino do não indígena e o ensino da realidade do povo, pois todas as escolas têm o dever de ensinar a realidade do seu povo e, é por este tipo de ensino que a cultura do povo vem se fortalecendo de forma bastante significativa nos últimos anos.

No próximo capítulo, discutiremos um pouco sobre o léxico no ensino de língua materna, pois é a temática central que norteia este trabalho.

3 O LÉXICO NO ENSINO DA LÍNGUA MATERNA

Neste capítulo, trataremos do léxico no ensino de língua materna, a partir de autores que estudam sobre o assunto, considerando que nosso trabalho tem como finalidade a produção de um produto educacional, a partir do ensino do léxico da língua Balatiponé, referente aos nomes

de peixes existentes nos rios de nosso território. Por isso, é muito importante trazermos algumas conceituações sobre o tema e discutirmos um pouco sobre o léxico no ensino de língua.

Início esse texto, parafraseando Antunes (2012), quando ela diz que se não existe língua sem gramática, sem léxico não há língua. Mas o que é léxico? Para entendermos melhor sobre o assunto, recorreremos a alguns autores que tratam sobre o tema.

Biderman (2001), por exemplo, explica que o léxico é um patrimônio social porque resulta das experiências vivenciadas e aglomeradas pelas sociedades e culturas diacronicamente, inclusive, confirmando como ocorre o processo de recriação e mudança do processo linguístico ao longo dos tempos, permitindo a expansão, a redução ou, até mesmo, a incorporação vocabular de uma língua para outra.

No caso da sociedade Balatiponé, ocorreu uma redução drástica do léxico da língua, por não haver mais falantes nativos do idioma, restando apenas poucos registros, por meio de listas de palavras registras pelos antropólogos Schmidt e Schultz, que estiveram entre o povo Balatiponé, e por funcionários do SPI. Abaixo, a título de ilustração, apresento um recorte do vocabulário registrado por Schmidt, em 1923, um dos materiais com os quais trabalhamos na escola.

Figura 4: Vocabulário da língua Umutina

Vocabulario de la Lengua Umotina		
1. lengua	erugá	
2. boca	ozá	
3. labios	otobirika	
4. diente	okopó	
5. nariz	napudo	
7. ojo	irikichi	
8. oreja	mbiá	
9. orificio de la oreja	mbiozá	
10. agujero en el lóbulo	mbiapodoza	
11. frente	zoadá	
12. cabeza	alupukua, adapukua	
13. cráneo	kabiru	
14. cabellos	azó, azú	
Ejemplo: Las mujeres en el monte (tienen) cabellos cortos.		
	uricha	mukimu azu hata.
Los hombres-Umotina todos (tienen) cabellos largos.		
	mutina	huri azu dachudi.
16. cejas	zimonochiká	
17. pestañas	ze'imbí	
18. barbas	oakichí	
19. mejilla	zapá	
20. barba	oaribá	
21. pescuezo	enupare	
23. garganta	kupo	
24. hombro	ichokotopó	
25. brazo	iché(u)	
28. codo	atáka	
29. mano	ashida	
30. palma de la mano	ashiloto	
31. dedo	ushidenokua	

Fonte: Revista de la sociedade científica del Paraguay, 1941

Nesse processo de ensino e aprendizagem da língua, a escola, juntamente com os professores e os anciãos “lebrantes” da língua originária, se propuseram a ensinar componentes que pertenciam aos costumes e saberes Balatiponé, como a língua originária, práticas agroecológicas e práticas culturais. As temáticas escolhidas caminham ao encontro da cultura, dos saberes e concepções acerca dos Balatiponé, dessa forma, na escola da aldeia, é ensinada a língua Balatiponé, desde os anos iniciais, e todo o trabalho é feito com base no léxico, a partir dos poucos registros que existem, como expus anteriormente.

Trazendo outro conceito de léxico, cito Pacheco (2011, p. 5), que diz o seguinte:

O léxico pode ser definido como o conjunto de todas as palavras, concretas e virtuais, de uma língua. Assim, o léxico engloba todas as palavras atestadas, as palavras possíveis, as construídas de acordo com as regras gramaticais e com as unidades morfológicas possíveis, bem como as palavras que se deixaram de usar (cf. Dicionário Terminológico).

Com base nas palavras do autor, compreendo léxico como um conjunto de palavras existentes com o qual possam os membros de um povo dar nomes às coisas, se expressar tanto na oralidade quanto na escrita em seu convívio do dia a dia.

Categorizar e nomear os seres e os objetos faz parte da natureza humana constantemente, estamos nomeando objetos, pessoas, criando novas palavras. Segundo Neves (2010), é a partir do ato de nomear que se gera o léxico das línguas naturais, que vai se processando por meio de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência cristalizada em signos linguísticos.

As autoras Oliveira e Isquardo (2001, p.13) explicam que “o léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nome aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente.” Ainda segundo elas, as categorias do léxico variam de língua para língua e é essa variedade que faz tornar uma língua importante para um povo. Portanto, entendo que as memórias escritas que restaram de nossa língua ancestral, em forma de palavras, são muito importantes para nós, é o nosso patrimônio cultural e imaterial, pois é o que restou de nossa língua indígena. E para reforçar o que digo, trago a citação abaixo:

Além disso, o léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras (OLIVEREIRA; ISQUERDO, 2001, p.14)

É por este motivo que compreendo a cultura de modo geral, principalmente, o idioma, como um patrimônio identitário de um povo.

As autoras citadas acima explicam que o léxico faz parte da Lexicologia, um ramo da linguística que tem como objetivo principal o estudo científico de uma grande quantidade de palavras existentes em uma determinada língua, em seus diversos aspectos (OLIVEIRA; ISQUERDO, 2001).

Ao se referir ao estudo do léxico, na escola, Antunes (2012) diz que ainda é bem reduzido nos livros didáticos do ensino fundamental, ou seja, quase não se ensina esse assunto nas escolas, e isso pode prejudicar no aprendizado da criança para a formação de novas palavras, valendo tanto para os indígenas quanto para não indígenas, na sua especificidade.

E nas escolas indígenas, como os materiais didáticos não estão de acordo com a nossa realidade, o trabalho com o léxico também não aparece. Por isso, é importante desenvolver práticas pedagógicas de uso da língua, de acordo com a situação sociolinguística do povo, como é o caso da língua Balatiponé. É a partir das palavras do nosso repertório cultural e linguístico (na memória), em registros escritos, que procuramos desenvolver o ensino de língua materna na escola. E embora sejam apenas palavras, elas não estão descontextualizadas do nosso mundo

cultural, cosmológico e sagrado, pois quando trabalhamos com essas palavras, retomamos a nossa ancestralidade. Para nós, cada palavra da nossa língua ancestral e que faz parte do nosso mundo Balatiponé é um texto.

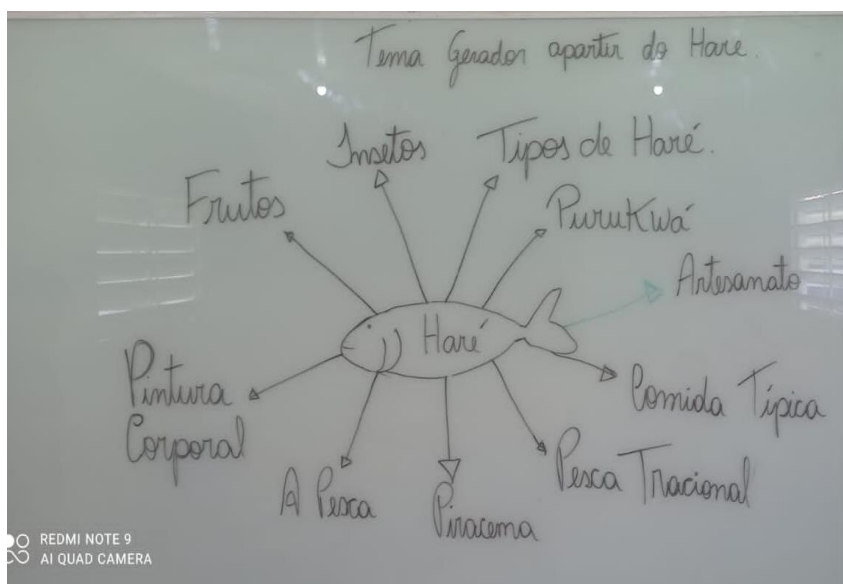
Ao falar sobre sentidos das palavras, Antunes (2012, p. 27) diz o seguinte:

Vale lembrar ainda que, no âmbito da sinonímia, também se pode verificar aquela instabilidade do léxico de uma língua, pois, em decorrência da própria ação dos sujeitos no uso da língua, os sentidos das palavras vão sofrendo ‘deslizes’, vão ‘escorregando’ para campos afins e vão ganhando novas significações.

Vale a pena pontuar, com base no que diz Antunes (2012), e a partir da minha compreensão, que o significado das palavras vão ganhando novos horizontes. E no trabalho com o léxico da língua Balatiponé, referente aos peixes, as palavras vão ganhando novos contornos, seja na pronúncia, seja na escrita, e também, nos sentidos, pois elas se inserem em um novo universo cultural, com ressignificação de saberes, da cultura e da própria língua.

A escolha pelo tema deste trabalho, *haré*, é bastante específica, mas ganha outras dimensões quando exploramos seu campo semântico, pois a partir do léxico *haré*, alcançamos outros sentidos, outras palavras que também fazem parte desse mundo semântico, como ilustro com a imagem abaixo:

Figura 5: Tema gerador Haré no primeiro dia da oficina



Fonte: Luizinho Ariabo Quezo

Quero finalizar esse tópico dizendo que para nós, Balatiponé, o léxico de nossa língua ancestral é a manifestação de nossa identidade cultural e, trabalhar pela retomada de nossas memórias históricas, pela valorização de nossa língua é muito importante e significativo para nós. Portanto, de acordo com Antunes (2012), o repertório lexical que temos, as escolhas lexicais que fazem nossas preferências mostram claramente nosso pertencimento e nossa identidade, enquanto povo Balatiponé.

E trago, novamente, para complementar minhas reflexões, as palavras de Antunes (2012), que considero muito próximas da situação linguística que vivemos, ou seja, que somos identificados também pela linguagem que usamos, a partir de nossas vivências, a partir de nossas interações com o outro, a partir do lugar que vivemos. E ainda segundo a autora, é o jeito de pronunciar as palavras, a melodia de nossas entonações, as combinações sintáticas que fazemos, ou seja, a ordem das palavras nos enunciados, entre outras questões, é que revelam de onde viemos, que revelam, nos dizeres da autora e que achei muito bonito, “a casa” onde fazemos morada. E essa casa para mim, embora não esteja em sua plenitude, é a nossa língua ancestral, porque é parte de nós.

4 OS CAMINHOS DA PESQUISA: O ENSINO DO LÉXICO SOBRE OS PEIXES

Neste capítulo, apresentaremos como aconteceram todos os trabalhos da oficina, com a turma de alunos do 1º ano do ensino médio, até finalizarmos a entrevista com o senhor Jovial Amajunepá sobre o timbó. Por fim, chegamos ao produto pedagógico intitulado: *Haré nas águas dos rios Xopô e Olaripô no território Balatiponé*.

4.1 Preparação do percurso didático-pedagógico

Essa ação pedagógica foi desenvolvida por meio da Unidade Temática: *A origem dos peixes*, cujo planejamento apresento abaixo. Ela se constitui de um percurso didático de duas semanas, que contemplou etapas de leitura e produção de textos, tendo como foco o léxico das espécies de peixes existentes nos rios do território Umutina, registrados na língua Balatiponé. As etapas de leitura e escrita contemplaram narrativas míticas sobre a origem dos peixes na cultura do povo Balatiponé, priorizando a produção de textos na língua indígena tanto pelo professor quanto pelos alunos.

UNIDADE TEMÁTICA: A ORIGEM DOS PEIXES PARA O POVO BALATIPONÉ

1º Momento: Antes da leitura... Ativando conhecimentos prévios... Perguntar aos alunos e alunas o que ele conhecem sobre as narrativas de origem dos peixes. Se conhecem alguma narrativa que trate sobre o origem dos peixes.

2º Momento: Leitura da narrativa: Origem dos peixes

Vamos ler a história que narra a origem dos peixes? É a primeira versão da narrativa, contada por um antepassado nosso, o senhor Kupodonepá. Mas antes, vou falar pra vocês um pouquinho do senhor Kupodonepá.

Neste momento os alunos farão leitura do mito *Jurima, o dono dos peixes* e, logo em seguida, a interpretação com base nas perguntas já elaboradas anteriormente.

3º momento: leitura complementar do mito: *Jurima, o dono dos peixes*

Depois da leitura, vamos responder algumas questões sobre o texto?

1. Qual é o assunto do texto, *Jurima, o dono dos peixes*?
2. O que significa na cultura do seu povo ser o dono dos peixes?
3. Por que Vaskariká não pegou peixe? Vocês acharam certo o que aconteceu com ele?

Por quê?

4. No texto, fala sobre bater timbó. O que você sabe sobre isso? O que é timbó? Para que serve

5. Pesquise com sua família o significado de *ajupú*.

4º Momento: Léxico sobre os peixes - Pesquisa na comunidade e na bibliografia disponível dos nomes dos peixes na língua Balatiponé

Nessa etapa, alunos e alunas serão organizados em grupos para a realização da pesquisa sobre os peixes existentes nos rios do território Umutina: Paraguai e Bugres. Primeiramente, a pesquisa será feita com pessoas da comunidade, na busca de coletar os nomes dos peixes na língua materna. Caso seja possível o levantamento de todos os nomes (esperados), num segundo momento, a pesquisa será bibliográfica, a partir dos materiais disponíveis na escola, como o livro de Harald Schultz, *Informação Etnográfica sobre os Umutina* e de todos os livros dos professores que fizeram seus trabalhos na língua ancestral, incluindo o meu de pós graduação em nível *lato sensu* com o tema: *Construção de frase na língua Umutina a partir dos seus elementos culturais*. Os recursos utilizados para a pesquisa de campo serão caderno de campo e celular. A pesquisa de campo será mediada por mim, professor da turma, com orientações de como proceder para realizar a coleta de dados, quem serão as pessoas pesquisadas, horário da pesquisa, como registrar no caderno de campo, no celular.

5º momento: Organização e registro escrito do que foi coletado.

Nessa etapa, juntamente como meus alunos e alunas, faremos a escrita cuidadosa dos nomes, com atenção especial para a grafia na língua materna Balatiponé. Finalizada essa etapa, passaremos à ilustração de um catálogo com os nomes dos peixes na língua Balatiponé

6º momento: Proposta de produção escrita: Vamos descrever cada peixe? Quais suas características? Onde vivem? Do que se alimentam?

7º momento: A pesca do timbó. Vamos fazer uma pesquisa na comunidade sobre a pesca do timbó? Nesse momento, organizarei a turma para realizar a pesquisa. Em seguida, definiremos que será a pessoa entrevistada e faremos um roteiro de perguntas para a entrevista.

8º momento: Organização escrita da entrevista sobre a pesca do timbó. A entrevista será publicada no mural da escola, e assim essa unidade didática será finalizada.

4.2 Memória das oficinas pedagógicas

Hoje, segunda-feira, dia 28 de março, dei início à oficina de língua materna, na “Semana Cultural” que acontece todos os anos na Escola Estadual de Educação Escolar Indígena Jula Paré, da aldeia Umutina.

Antes é feito o convite para todas as pessoas do território para participarem da abertura de cada oficina que acontece durante a semana. Esta atividade já faz parte do currículo da escola, e cada professor fica com uma turma para fazer um tipo de trabalho específico referente à cultura do povo Balatiponé. Isso acontece sempre no mês de abril, um mês em que é comemorado o “Dia do Índio”, data escolhida pelo não indígena. Para nós, que somos indígenas, pensamos que é um momento de refletir muito sobre nossos direitos que não estão sendo respeitados e cumpridos de acordo com a lei maior, que é a Constituição Federal do Brasil de 1988. A Constituição ampara o direito à saúde, uma educação específica e diferenciada, e a nossa escola já há anos vem trabalhando dentro do que é garantido pela constituição de 1988. O artigo 215 da Constituição Federal de 1988 diz que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”, mas se essas ações não começarem por nós, ninguém pode fazer por nós, por isso, que a nossa escola está fazendo a sua parte.

Mas tratando da abertura das oficinas desta semana, começou com a fala das autoridades locais, o cacique, pessoal da saúde, diretores da escola, professores, caciques de outras aldeias, representante da Prefeitura de Barra dos Bugres, vereador e representante da Secretaria Estadual de Educação-Seduc.

Logo após as falas, foram feitas algumas apresentações como canto na língua Balatiponé pelo aluno Igor Amajunepá, do 2º ano do ensino médio, e ainda uma apresentação com o cantor Ademilson Calomizoré, cantando e expressando o fortalecimento da sua cultura.

Encerrando essas apresentações, começou a palestra com o vereador Lennon Umutina, professora Edna e a diretora Eliane, comentando sobre a importância do ensino da cultura de modo geral.

Na terça-feira, 29 de março, começamos a nossa oficina sobre *haré* (peixe) dos rios *Olaripô* (Paraguai) e *Xopô* (Bugres).

A nossa oficina começa com uma breve apresentação do projeto a ser desenvolvido durante a semana. A oficina aconteceu somente no período matutino, com duração de 4 horas por dia. Antes de iniciarmos a leitura da narrativa, *A origem dos peixes*, busquei ativar conhecimentos prévios dos alunos, para saber o que eles já conheciam sobre o assunto. Escrevi a palavra *haré*, quadro e, a partir daí, fomos conversando sobre tudo o que poderia estar associado a ela, ou seja, ao seu mundo semântico.

Depois dessa atividade, passamos à leitura individual, uma leitura silenciosa e depois em grupo, e nesse momento, fiz a mediação da leitura, com perguntas: Alguém já conhecia essa história? Quem contou? Qual é o assunto do texto? Quem conta? Quem é Opariakana? O que ele fez? E quem é Bakododó? O que ele estava fazendo? Qual foi o pedido de Oparikana para Bakododó? O que aconteceu com Bakododó e os filhos dele no rio? Quem transformou Bakododó em figueira? Por quê? E o que aconteceu com os filhos de Bakododó? Um filho de Bakododó virou sinibú, o que é um sinibú? Depois que Bakododó se transformou em uma figueira, o que aconteceu? Que parte da figueira viraram peixes? E quais peixes? Que rios aparecem na história? Qual a importância desses rios para nós, Balatiponé? E por que essa narrativa é importante para o nosso povo Balatiponé? Foram perguntas para auxiliarem na compreensão do texto. Para isso, foi preciso ativar os conhecimentos de mundo dos alunos e alunas (experiências vividas, o que conheciam sobre o assunto) e o conhecimento linguístico (gramática), no caso, o que conheciam sobre léxico da língua balatiponé. Comentei um pouco sobre o autor que contou essa história, o senhor Kupodonepá, que foi um grande guerreiro e líder do nosso povo. A seguir, o texto lido com os alunos:

Origem dos peixes

Opariakana se queixava que não havia peixe e foi falar com Bakódodó para ele dar um jeito para ter peixe para todo mundo comer. Mas Bakódodó que queria. Naquele tempo não tinha nem peixe!

Mas Opariakana insistia, insistia até que Bakódodó enjoou daquele homem e deu o jeito.

O índio estava fazendo flechas de manhã, desde cedo. Quando o sol, já estava alto, os filhos que estavam sentados ao lado do pai pediram: ‘papai, vamos tomar banho!’ O pai olhava para o céu e disse: ‘Não, filhos, esperam que vocês vão junto comigo, que sou seu pai’!

Mas os filhos queriam ir tomar banho, que estava quente e o pai dizia que esperassem.

A mulher tinha assado milho, depois socou e fez fubá, que o marido tinha pedido para ela fazer. Ele fazia as flechas e jogava um punhado de fubá na boca e fazendo mais e mais flechas.

E os filhos falaram outra vez: ‘Mamãe, vamos tomar banho! E o pai respondeu: ‘Esperem, quero acabar primeiro estas flechas’!

A tardinha o homem acabou as flechas, fez feixe e amarrou e guardou em casa.

Então mandou os filhos ir na frente para o rio Bugres para tomar banho.

Eles ficaram muito tempo dentro d'água, lavando-se. As crianças estavam com muito frio e pediram o pai para ir embora com eles. Mas o pai falou: 'Esperem um pouco! E ele botou os filhos no ombro e ficou dentro d'água.

A mulher, sogra e sogro estavam esperando eles. Eles não voltaram."

Quando o sol estava baixo, a cunhada dele foi apanhar água no rio e viu ele lá no meio do rio virando uma figueira grande, as pernas abertas como duas raízes e os filhos no ombro dele, um mais embaixo e outro mais em cima.

Aí ela foi em casa avisar a mulher dele o 'bruto de bicho' que o marido tinha virado e que a mãe fosse lá tomar as crianças dele.

Ela foi e chegou e ficou brava com o marido dela e disse: 'que é isso, você poderia caçar para mim com flechas que você fez!' Mas ele ficou sério e não falou nada. A mulher chorou e saiu xingando aquele homem, o Opariakana, que fez ele virar figueira com as crianças.

Todo povo foi lá no outro dia espiar, irmão, cunhado e cunhadas, tudo. Ele foi descendo o rio abaixo, gemendo e gemendo. Passou na corredeira grande e perguntou ao amigo dele: 'Aqui posso parar?' Opariakana respondeu: 'aqui não, é muito perto!' E ele foi descendo, descendo e gemendo e perguntou outra vez: 'aqui posso para?' 'Ainda não, disse o amigo. Só muito longe ele foi parar. Aí ele ficou por lá mesmo, muito longe rio abaixo, onde termina o rio Paraguai.

Bakódodó tinha virado figueira e um filho ficou galho, o outro virou sinimbú, sentado lá em cima.

Nos tempos antigos havia pouco peixe no rio. Desde que aquele homem virou figueira é que tem muito peixe para comer, até hoje!

As folhas que caem da figueira viram pintado, dourado e piraputanga, pacu e outros peixes, e as frutas viram peixes miúdos pacu peba, piaba, curimbatá; as flores viram lambaris.

Aí ele ficou por lá mesmo. Quando ele foi ficar lá por baixo, foi onde o rio acabou, a água passava por baixo da raiz dele e o povo ia ver ele antigamente. Para lá adiante não tinha rio nem nada mais.

(Kupodonepá)

Os alunos fizeram a leitura do texto, o que levou o tempo de 30 minutos de leitura silenciosa e, em seguida, fizeram algumas perguntas para tirar a curiosidade sobre o assunto do texto.

Depois disso, fizemos uma roda de conversa sobre o texto, para saber se entenderam o mito, fiz a mediação da leitura com as perguntas elaboradas. Os alunos tiraram algumas dúvidas e essas dúvidas foram sanadas, momento em que pude perceber que poucos conheciam essa história. No entanto, quando passamos a perguntar para cada um deles sobre o assunto do texto, foram bem pertinentes nas respostas. As perguntas foram as seguintes:

1. Alguém já conhecia essa história? Quem contou?
2. Qual é o assunto do texto? Quem conta?
3. Quem é Opariakana? O que ele fez?
4. E quem é Bakododó? O que ele estava fazendo?
5. Qual foi o pedido de Opariakana para Bakododó?
6. O que aconteceu com Bakododó e os filhos dele no rio? Quem transformou Bakododó em figueira? Por quê?
7. E o que aconteceu com os filhos de Bakododó?
8. Um filho de Bakododó virou sinimbú? O que é um sinimbú?
9. Depois que Bakododó se transformou em figueira, o que aconteceu?
10. Que partes da figueira viraram peixes? E quais peixes?
11. Que rios aparecem na história? Qual a importância desses rios para nós, Balatiponé?
12. Por que essa narrativa é importante para o nosso povo Balatiponé?

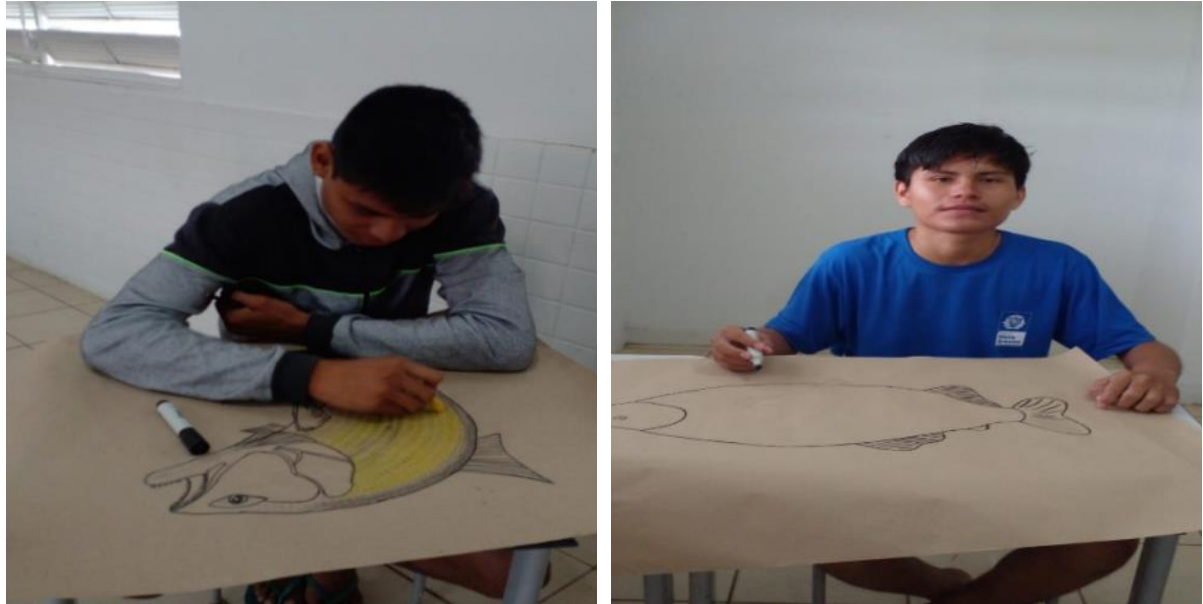
A discussão estava muito boa e vi que os alunos estavam entusiasmados, mas o horário já estava terminando, então pedi uma atividade para eles fazerem em casa. Como a oficina é sobre *haré*, sugeri que eles escolhessem um tipo de desenho que representasse a nossa oficina, o desenho deveria estar ilustrado, representando a turma do 1º ano do ensino médio. O desenho seria um símbolo da oficina, e assim, com a proposta da atividade feita, encerramos a nossa aula do dia.

No dia 30 de março, quarta-feira, por motivo de força maior, não houve oficina, e por isso, os alunos foram dispensados, só lembrando que a atividade anterior para a nossa oficina deveria ser concluída neste dia (um desenho ilustrado de cada participante da oficina).

Na quinta-feira, dia 31 de março, amanheceu com o tempo frio, com garoa, começa o primeiro dia de friagem neste mês, sendo o nosso terceiro dia da oficina. Os alunos chegaram à sala de aula e como ainda não tinham encerrado as atividades, dei mais um pouco de tempo para que eles pudessem terminar.

Abaixo, na Figura 3, temos o aluno João Felipe com seu desenho ilustrando o *Ozé* (dourado) para representar a nossa oficina na opinião dele e o aluno Israel, com seu desenho *popô* (pacu), dando os últimos detalhes nas suas figuras lindas, figuras estas que poderá ser representada na oficina de que estão participando.

Figuras 6: Alunos encerrando a 1ª atividade da oficina



Fonte: Luizinho Ariabo Quezo, 2022

Na figura 4, a seguir, apresento o aluno Marcondes com seu entusiasmo, animado e bem sorridente, finalizando o seu desenho de *ozé* (dourado), que também, em sua opinião, vai representar como logotipo a nossa oficina de língua materna sobre os tipos de peixes existentes na nossa região, do município de Barra dos Bugres.

Figura 7: Aluno Marcondes, com seu desenho de peixe



Fonte: Luizinho Ariabo Quezo, 2022

Neste momento, os alunos finalizaram a atividade dando cores aos seus lindos desenhos, e cada um passa a comentar o porquê escolheu este tipo de desenho que representaria nossa oficina. A seguir, os alunos fazendo suas apresentações:

Figuras 8: Apresentação dos trabalhos de Laynara e Israel



Fonte: Luizinho Ariabo Quezo, 2022

Figura 9: Apresentação dos trabalhos de Marconde e Felipe



Fonte: Luizinho Ariabo Quezo, 2022

Foi uma linda apresentação dos alunos, mas, infelizmente, duas alunas desta turma não puderam participar da oficina; a aluna Karen de Souza Amajunepá, que mora na aldeia Vale do Rio Bugres, pois o ônibus que faz a linha nesta aldeia estava quebrado; e a aluna Marjore, da aldeia Cachoeirinha, porque não estava bem de saúde.

Depois de encerrada a apresentação dos alunos, passamos para outra atividade com outra narrativa mítica do nosso povo Balatiponé. Esse texto, *Jurima, dono dos peixes*, também tem a ver com o tema que estamos trabalhando.

Primeiro, fizemos a leitura silenciosa do texto e depois, pedi aos alunos que respondessem a algumas questões em seus cadernos.

1. Qual é o assunto do texto: “Jurima, dono dos peixes”?
2. O que significa na cultura do seu povo ser o dono dos peixes?
3. Por que Vaskariká não pegou peixe? Vocês acharam certo o que aconteceu com ele? Por quê?
4. No texto fala sobre bater timbó? O que você sabe sobre isso? O que é timbó? Para o que serve?
5. Pesquise com sua família o significado de *ajupú*.

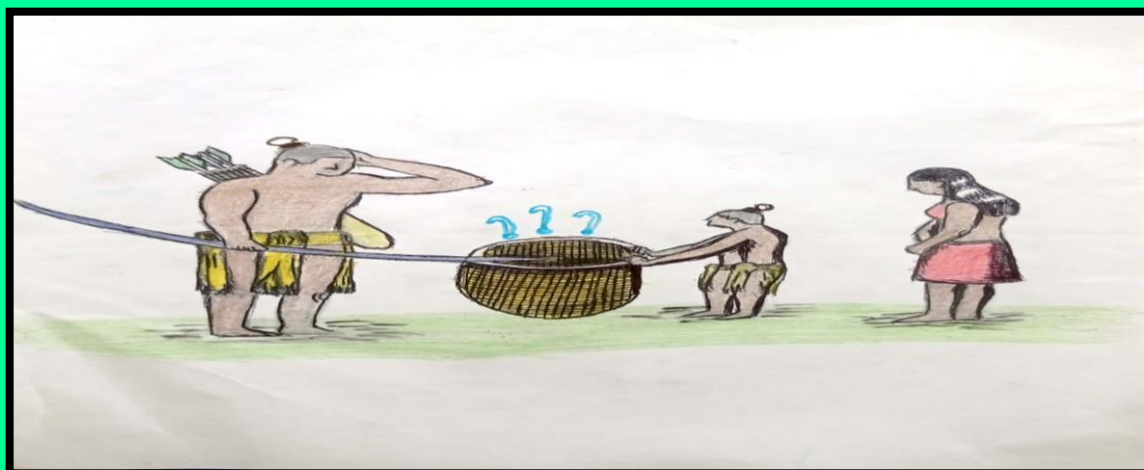
Após essa atividade, foram divididos alguns parágrafos da mitologia do povo Balatiponé, *Jurima, o dono dos peixes*, em que cada aluno(a) fez o seu desenho do parágrafo que leu e ilustrou uma parte da história, cujo resultado apresento a seguir:

Jurima, o dono dos peixes

Eram dois índios. Jurima era o ‘dono dos peixes’ e sabia fazer simpatia, e Vaskariká que era mau e tinha ciúmes de Jurima. Vaskariká era mestre de bater timbó e tinha que repartir as palhas de buriti para amarrar no ajupú.



Um dia foram pescar com timbó no rio dos Bugres. Então Vaskariká não deu a palha para Jurima e seu filho Ikódo, que era o enfeite para bater timbó no rio dos Bugres.



Vaskariká e a gente dele não pescou nada, não arranhou peixe algum. Jurima e seu filho estavam juntos, enfeitado só com um capim, rabo de burro, amarrado nos seus Ajupú. Estava danado com Vaskariká.

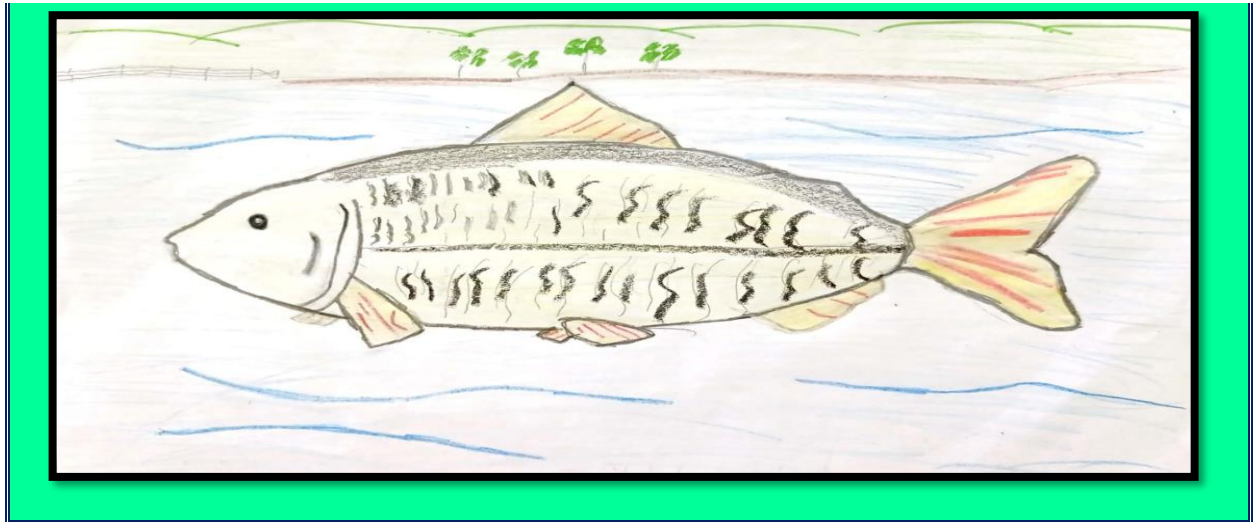


Aí ele desceu rio abaixo para ir junto com a família, que estava esperando peixes. Quando chegou lá indagou às famílias se tinham peixes. As famílias responderam que não tinha nenhum peixe. Aí ele perguntou quem é que tinha culpa, e ele respondeu: ‘A culpa é de Vaskariká, que nem deu palha de buriti para enfeitar meu ajupú.

Por isso ele, Jurima tinha feito uma simpatia para não pegar peixe. As crianças ficaram brava. Ele disse, ‘agora mesmo vai ter peixe.’ Aí foi torcendo para um lado um pé de novateiro (espécie de formiga) e disse as filhas para esperar que logo ia haver peixe. Ele subiu no novateiro, sacudiu o tronco e quebrou galhos e folhas. As formigas subiram no seu corpo, ficando ele cheio, preto de formigas. Quando ele desceu, o filho encostou nele para catar as formigas mortas no corpo dele. Aí vinham muitos peixe descendo o rio. Já muito morto e o pessoal matando e matando peixes. Mas eram tantos que não podiam vencê-los. Muitos ainda se perderam.



O dono dos peixes recebia em pagamento muitos peixes enfileirados num cipó que presenteavam a ele. Vaskariká e sua gente voltaram para seus ranchos sem peixe nenhum.



Encerramos a aula de hoje, 31 de março, com essas atividades para os alunos sobre a oficina de haré, envolvendo a língua materna. Quero deixar registrado aqui que já temos um compromisso para o dia 1º de abril, que é um mutirão envolvendo a escola.

A equipe da saúde e o cacique da aldeia Umutina convidaram todas as pessoas de outras aldeias do território Balatiponé para ajudar neste grandioso mutirão para deixar a aldeia mais bonita.

Hoje, sexta-feira, 1º de abril, às 7 horas da manhã, com a temperatura bem fresquinha, começamos, juntamente com os alunos e a comunidade, o mutirão fazendo a limpeza geral no centro da aldeia Umutina. Todas as pessoas estavam animadas participando do trabalho. Este tipo de mutirão também é de responsabilidade da escola, pois já está assegurado no PPP.

Figura 10: Imagens do trabalho que foi realizado neste dia



Fonte: Luizinho Ariabo Quezo, 2022

No dia 03 de maio, terça-feira, para fazer a atividade de produção de textos na língua materna, com a descrição dos peixes, expliquei aos alunos que, primeiramente, iríamos escrever

o enunciado na língua Balatiponé, a partir da pesquisa bibliográfica que fizemos. O segundo enunciado foi escrito em língua portuguesa, mas de acordo com a sintaxe da língua Balatiponé, e o último enunciado foi escrito conforme a sintaxe da língua portuguesa.

Para cada tipo de *haré*, escrevemos três enunciados, assim representados:

L para enunciados na língua Balatiponé;

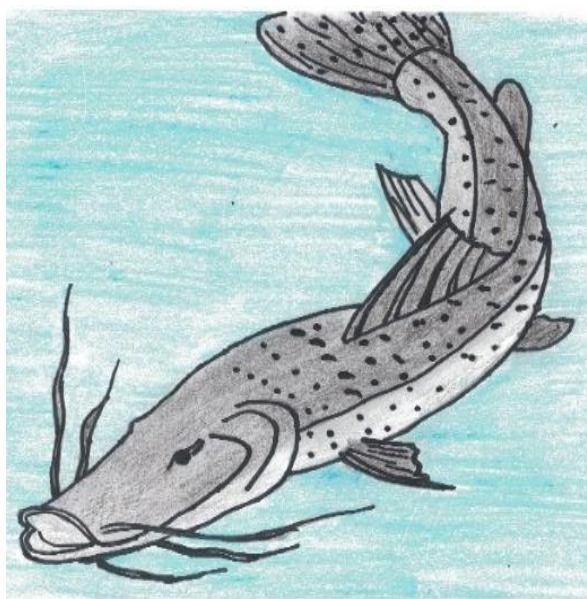
T para enunciados em língua portuguesa, de acordo com a sintaxe da língua Balatiponé;

P para enunciados em língua portuguesa, de acordo com a sintaxe da língua portuguesa.

Para elaborar os enunciados na língua Balatiponé, antes, eu pesquisei o trabalho de Stella Telles, *Língua Umutina: um sopro de vida*, realizado em 1994, quando Julia Paré ainda era vivo. Foi esse trabalho e outros registros sobre a língua que me auxiliaram, também, no meu TCC, durante a minha graduação, o qual referencio nessa pesquisa.

Como não conseguimos terminar essa atividade na semana em que aconteceram as oficinas, tivemos de trabalhar mais duas aulas nos dias 10 e 17 de maio para encerrar essa atividade.

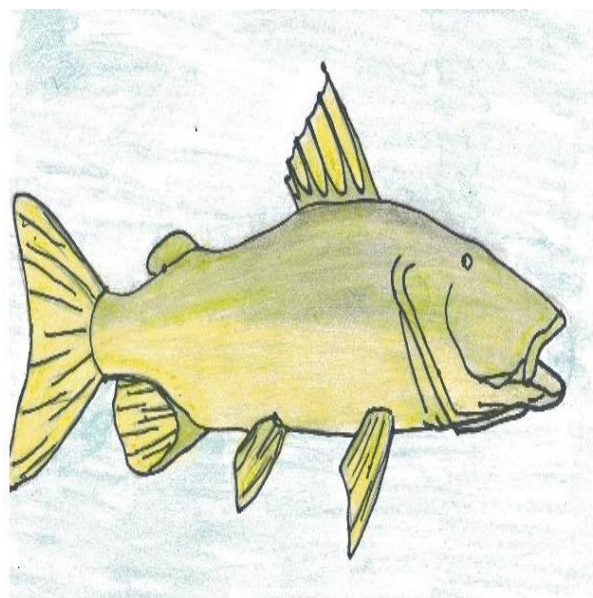
E para ilustrar como foi o resultado do procedimento pedagógico, ou seja, da escrita de enunciados na língua Balatiponé, apresento, abaixo, um recorte da atividade.



L- Oloaré koxiporé pitukwá makewá.

T- Pintado grande bonito muito.

P- O pintado grande é muito bonito.



L- Pôro makewá Olaripô noa haré kuriká.

T- Jaú muito rio Paraguai comer peixe pequeno.

P- muito Jaú no rio Paraguai e alimenta de pequeno peixe.

A última atividade da Unidade Didática, a entrevista sobre a pesca do timbó, estava planejada para acontecer logo após a descrição dos peixes, porém, o senhor Jovail não se encontrava na aldeia Umutina. Por isso, só foi possível realizá-la no dia 28 de junho, porque ele estava ajudando o irmão com construção de casa e no mutirão de limpeza da aldeia Acorizal.

No dia 28 de junho, terça-feira, às 8 horas da manhã, nos reunimos na sala do 1º ano, para fazer a entrevista com o senhor Jovail Amajunepá, sobre como é realmente realizada a pesca do timbó entre o povo Balatiponé. As perguntas do roteiro foram preparadas pelos alunos, antes da entrevista, e para esta preparação, fizemos, antes, a leitura do texto *Informações etnográficas sobre os Umutina*, de Harald Schultz (1961-1962), que relata sobre a pesca do timbó e como era praticada essa pesca. Depois da leitura, preparamos, então, um roteiro para fazer algumas perguntas.

Quero ressaltar que a escolha do senhor Jovail Amajunepá, para a entrevista, se deu pelo fato de ele conhecer a pesca tradicional do povo Balatiponé, e por sempre incentivar o povo a praticar a pesca com timbó. O senhor Jovail Amajunepá e a família sempre estiveram à frente desta prática cultural, inclusive, eu já presenciei esta pesca quando ainda era criança, porque eu também gostava e até hoje ainda gosto de participar da pesca do timbó. Eu sempre incentivei as crianças e os jovens a praticarem, porque, nós, Balatiponé, passamos os nossos conhecimentos de geração a geração, e é isso que aconteceu com a pessoa do Jovail Amajunepá.

ENTREVISTA COM O SENHOR JOVAIL AMAJUNEPÁ

ASSUNTO: A PESCA DO TIMBÓ

Alunos: Qual é o período mais adequado para fazer a pesca do timbó?

Senhor Jovail: O mês mais apropriado para fazer ou praticar essa pesca tradicional que é o timbó, os meses que começa é junho, julho, agosto e setembro, porque esses são os meses que todas as baías e córrego estão com pouca água o nível das águas já ficam bem baixa e não era como nos dias de hoje que as baías estão secando e tendo um tipo de planta que nós conhecemos como aguapé, que está tomada em todas as baías do território e ele disse que não sabe o porquê isso está ocorrendo nos últimos 3 anos. Não vai dar de praticar mais essa pescaria tradicional devido essa manifestação da natureza e que cada dia que passa só vai ficar cada vez mais difícil, que o *haré* (Peixes), *zati* (Bichos/animais) e *zati ibodoka* (Bicho/Animais de Penas) vai acabar e vai prejudicar a cultura do povo.

Alunos: Tem alguma regra a seguir no momento que acontece esse tipo de pesca? Por que a mulher no seu período menstrual não pode participar da pesca?

Senhor Jovail: A mulher no seu ciclo menstrual não podia participar dessa pesca, porque diz os conhecedores dessa pesca que o timbó não fazia efeito na água e os peixes não morriam tudo isso é por causa da presença da mulher no seu período fértil nos locais dessa pratica tradicional de pesca que acontece no território.

Alunos: Por que antigamente somente os homens adultos podiam pegar o timbó na mata?

Senhor Jovail: As pessoas que pega este cipó chamado de timbó era somente os homens, porque e eles que tem a força para puxar o cipó ou subir em árvores para corta na medida certa, e os pais que tinham filhos homens levavam consigo para que eles já comesçassem aprender a pescar para ajudar suas famílias.

Alunos: O que acontece com a água quando é lançada o liquido do timbó?

Senhor Jovail: Quando o liquido do timbó é lançado na água, ela perde o oxigênio e os peixes acabam ficando sem o ar dentro d'água, por isso, os peixes morrem por falta do oxigênio.

Alunos: Existe muita diferença do timbó que acontecia antes e no dia de hoje?

Senhor Jovail: Nos tempos passados, quem era o que puxavam frente desta prática do timbó, era aqueles que conheciam as baías onde tinham mais peixes e o lugar mais apropriado para bater o timbó que já estava cortado e enfeixado chegando na baía somente para bater dentro d'água esparramando por todo o local onde acontecia essa pesca. Nos tempos passados, existiam rituais também antes e na hora em que estava acontecendo a pratica do timbó cantado pelos anciões do povo. Antigamente morriam muitos peixes, porque todos os homens da aldeia pegavam seus grandes feixes de timbó e nos dias de hoje os jovens não tem ânimo para fazer esse tipo de pesca, é pouco que participa e isso atrapalha muito, tem vez que numa pesca dessa não morre peixe porque foi pouco timbó lançado na água e aí não faz efeito na água com pouco timbó.

Alunos: Quais são as pessoas que podem ser o chefe dessa pesca?

Senhor Jovail: Hoje em dia está difícil para as pessoas se interessarem na pesca do timbó, porque as baías estão secando, mudou muito por não ter um local para fazer a tradicional pesca

do timbó com era antigamente. Quando chegavam os meses de agosto, setembro e outubro que é o período adequado para acontecer esta pesca e era cada semana em uma baía diferente e o pessoal ia todos animados. As baías onde aconteciam essa pesca estão tomadas de aguapé e o tempo está mudado cada ano que passa está cada vez mais quente e as baías secando e o peixe está se acabando aos poucos. As pessoas sempre obedeceram às regras acerca da pesca e hoje essa regra está perdendo força os jovens não ligam se tem regras ou não.

Alunos: Tinha algum ritual canto ou dança que praticava antes ou no momento da realização da pesca?

Senhor Jovail: Hoje a realização dessa pesca só acontece quando a escola está junto, mas não tem o preparo que tinha antigamente e antes as pessoas saíam de suas casas bem de madrugada para pegar o cipó e não batia enquanto todos chegassem no local para bater o timbó.

Ao terminar a entrevista, todos os envolvidos, nesse trabalho, fizeram uma fala de agradecimento ao senhor Jovail Amajunepá, pela força de estar ali conosco, contribuindo para mais um trabalho que vai ajudar o povo Balatiponé a rever a parte cultural e, especificamente, sobre a língua Balatiponé, que é uns dos principais objetivos deste projeto.

Para mim, quero dizer que foi muito importante desenvolver essa atividade na escola onde atuo como professor. Fiquei orgulhoso de fazer esta atividade com uma turma de alunos que não mediu esforços em ajudar nessa atividade.

Quero deixar registrado que foram desenvolvidas todas as atividades desta oficina, que se iniciou no dia 28 de março, com a Semana Cultural, evento já programado no calendário da nossa escola. Foram duas semanas de trabalho cultural do povo, porém, não trabalhamos todos os dias, porque tivemos outros trabalhos na escola que não estava programado para a semana cultural. Tentamos concluir as atividades do nosso projeto e não conseguimos, mas já estávamos cientes de que precisaríamos de mais dias para conseguir encerrar as atividades, e foi o que aconteceu. No dia da apresentação para toda a comunidade, nosso grupo fez a apresentação das atividades que já havíamos concluído, ficando para encerrar somente a construção das frases na língua materna, os desenhos e a ilustração de todos os haré (peixes) existentes nos afluentes do rio *Olaripô* (Paraguai) e *Xopô* (Bugres). A oficina ainda continuou nas aulas normais para a turma do 1º ano do ensino do médio, tendo duas aulas por semana para concluir todos os trabalhos propostos.

Para construir esse percurso, passamos por várias etapas, como a pesquisa bibliográfica de livros sobre o assunto, principalmente, a partir do meu Trabalho de Conclusão de curso sobre a construção de frases na língua Balatiponé.

Para o nosso povo Balatiponé, é um tipo de material muito importante para ajudar no processo de fortalecimento da cultura, especialmente, o nosso idioma, uma vez que fomos proibidos de falar nossa língua ancestral, que consideramos como um dos nossos elementos identitários mais importantes.

A escola sempre incentivou a cultura, inclusive, já está garantido no PPP (Projeto Político Pedagógico) o trabalho específico e diferenciado, de acordo com o calendário escolar. Que nós, professores, trabalhemos pelo menos um mês durante o ano somente a cultura do povo, como a língua Balatiponé, comida típica do povo, o artesanato, a dança, os cantos, a cerâmica, a cestaria e a pintura corporal. Atualmente, nossa escola é um importante espaço de revitalização da nossa cultura e língua e referência para toda a comunidade.

Quero aqui deixar registrado que durante o percurso didático-pedagógico deste trabalho, aconteceram vários imprevistos, que acometeram o mundo inteiro, relacionados à pandemia da Covid-19. Ela atrapalhou o andamento dos estudos durante o período de realização da pesquisa, pois foi preciso suspender as aulas presenciais, pelo fato de ser uma doença extremamente contagiosa e levar à morte. Por esse motivo, não foi possível finalizar o trabalho no tempo determinado, até mesmo porque uma parte das aulas do curso de mestrado aconteceu presencialmente e outra parte aconteceu de forma online, pois era preciso o distanciamento social.

Na aldeia, também não foi diferente; as escolas tiveram de dispensar os alunos por quase dois anos das salas de aulas. Como professores, fomos obrigados a preparar apostilas para cada aluno fazer as atividades em sua casa, durante a pandemia, só podendo tirar suas dúvidas com seu professor através do celular, dificultando ainda mais o aprendizado do aluno e deixando de acontecer as oficinas que já estavam programadas na metodologia do projeto de pesquisa. Este curso começou em janeiro de 2020, e era para concluirmos no final de 2021, mas isso não aconteceu, e somente no 2º semestre de 2022, foi possível finalizarmos nosso trabalho.

A nossa ação pedagógica, que estava prevista para trabalhar com o léxico da língua Balatiponé, referente aos peixes, só pôde acontecer na metade do 1º semestre de 2022. Ela contou com a participação dos alunos do 1º ano do ensino médio, com os quais foi desenvolvida a Unidade didática: *A origem dos peixes*, a qual contemplou leitura e produção de textos, explorando o léxico da língua.

Um dos momentos significativos desse percurso didático-pedagógico foi a escrita cuidadosa dos nomes dos peixes, com atenção especial para a grafia na língua materna Balatiponé e ilustrações para compor o catálogo com os nomes dos peixes na língua Balatiponé.

Durante o desenvolvimento do trabalho, foi necessário fazer leitura de vários pesquisadores não indígenas e indígenas da própria etnia que deixaram registrados, por meio de pesquisa, uma boa parte da cultura, sendo ela material ou imaterial do povo, e isso só veio a me fazer refletir ainda mais o ensino da cultura e da língua dentro da sala de aula com os alunos.

Quero destacar que pensar uma metodologia para se trabalhar o léxico de uma língua, de planejar a Unidade Didática aqui apresentada, com atividades de leitura e de escrita, contribuiu para o protagonismo indígena, no sentido de oportunizar, não só a construção de uma proposta metodológica para ser desenvolvida em nossa escola, mas também, a produção autoral de material específico e diferenciado, de acordo com a nossa realidade e que valoriza nossa língua e nossos saberes ancestrais. Destaco, ainda, que além de contribuir para a minha autonomia pedagógica, também contribui para a revitalização e fortalecimento cultural e linguístico de nosso povo.

Reforço que é trabalho que vem somar ao que a escola já vem desenvolvendo sobre o fortalecimento cultural Balatiponé, principalmente, quando se trata de nossa língua ancestral. É mais uma ação pedagógica importante que só vai fortalecer ainda mais a revitalização do idioma, sobretudo, quando esta produção for publicada como material didático específico da etnia.

No decorrer do percurso, observei que os alunos que ajudaram a desenvolver o trabalho ficaram muito interessados em aprender mais sobre a sua própria língua materna. Eles conheciam muito pouco sobre os nomes dos peixes no idioma e até mesmo sobre as espécies de peixes existentes nos rios de nosso território.

No papel de professor, eu me senti no dever de aprofundar mais sobre este tipo de pesquisa, desenvolver mais trabalhos como este para o meu povo, incentivar as pessoas a desenvolverem outros trabalhos com outros temas que possam ser estudados em nossas salas de aula e pela comunidade. Foi muito bom fazer leituras de artigos e livros para ter base teórica para a pesquisa, fazer pesquisa em livros junto com os alunos sobre palavras escritas no idioma. Esse trabalho de pesquisa bibliográfica foi necessário para enriquecer nossas atividades e ajudar na elaboração do produto educacional proposto.

Em tempo, quero dizer que a contribuição da minha orientadora e as sugestões das professoras da banca só ajudaram a melhorar o meu trabalho que estava em fase de conclusão.

Quero dizer, ainda, que este trabalho é um dos mais importantes que realizei durante minha caminhada na educação. Trabalho, este, que teve ajuda de pessoas importantes como a minha orientadora e as professoras que fizeram parte da banca, trazendo sugestões para deixar esta pesquisa mais linda e agradável para os futuros leitores.

Por fim, desejo que o produto educacional intitulado: *Haré nas águas dos rios Xopô e Olaripô, no território Balatiponé*, seja bastante utilizado em nossas escolas e que sirva de incentivo aos professores indígenas para mais produções autorais específicas e diferenciadas, pelas quais tanto almejamos.

5 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **O território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Maria Pinto Pires de. ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande-MS: Editora UFMS, 2001.

BRASIL. Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. **Cadernos de educação básica**, série institucional, vol. 2. Brasília: MEC, 1993.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas.** Brasília: SEF/MEC, 1998.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1898.** Brasília: Biblioteca Digital, Câmara dos Deputados. Edição, 2012.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014b. Seção 1, p. 1, Ed. Extra.

CRUZ, Monica Cidele da. **Povo Umutina: A busca da identidade Linguística e cultural.** Tese de Doutorado. Campinas. SP, 2012.

ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA JULA PARE. **Projeto Político Pedagógico (PPP).** Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC), 2021.

FARGETTI, Cristina Martins. **Léxico em pesquisa no Brasil.** Araraquara: Letraria, 2018.

HUARE, Ducinéia Tan. **Léxico remanescente Umutina:** repertório linguístico de seus semblantes. Cáceres-MT: Unemat, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KEZO, Luciano Ariabo. **Mataré Balatiponé:** Falando em Balatiponé. São Carlos, SP: leetra/ufscar, 2015.

LIMA, Ademar dos Santos. Educação escolar indígena: a revitalização das línguas indígenas no município de Manaus. In: FARGETTI, Cristina Martins. **Léxico em pesquisa no Brasil.** Araraquara: Letraria, 2018.

LIMA, Stella Telles P. **A língua Umutina: um sopro de vida.** (1995) Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

MELGUEIRO, Edilson Martins. **Sobre a natureza, expressão formal e escopo da classificação linguística das entidades na concepção do mundo dos Baniwa.** 2009.

NEVES, Maria Helena Moura. **Ensino de língua e vivência de linguagem.** São Paulo: Contexto, 2010.

PACHECO, Noémia Maria Gonçalves. (2011) **Ensino de léxico e texto descritivo.** Dissertação de Mestrado. Lisboa: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, 2011.

PAULA, Eunice Dias de. O ensino de línguas nas escolas indígenas. In: Braggio, Silva Lucia Bigonjal. (org) **Estudos de línguas e educação indígena** / Silva Lucia Bigonjal Braggio (org) Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. Políticas de retomada de línguas indígenas em diferentes contextos epistêmicos. **Revista Articulado e Construindo Saberes**, 2019, v.04

QUEZO, Luizinho Ariabô. **Construção de frase na língua Umutina a partir dos seus elementos culturais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Língua, Arte e Literaturas), Unemat, Barra do Bugres, 2006.

SCHMIDT, Max. Los Barbados os Umutinas em Mato Grosso. **Revista de la Sociedad Científica Del Paraguay**, n.5. 1941. p. 1-51. 127

SCHULTZ, Harald. Vocabulário dos índios Umutina. **Journal de la Société des Américanistes**. Paris, 1952. v.41, P. 81- 137.

_____. **Vinte e três Resistem à Civilização**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

_____. Informações etnográficas sobre os Umutina. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, 13, 1961/1962. P. 75-313

SILVA, Paulo Hernandes Goncalves da, & ALBUQUERQUE, Francisco. Edviges. As ciências do léxico: proposições para a prática docente no ensino de línguas indígenas. **Revista Univap**, 24(44), 2018. 39–53. <https://doi.org/10.18066/revistaunivap.v24i44.1877>.

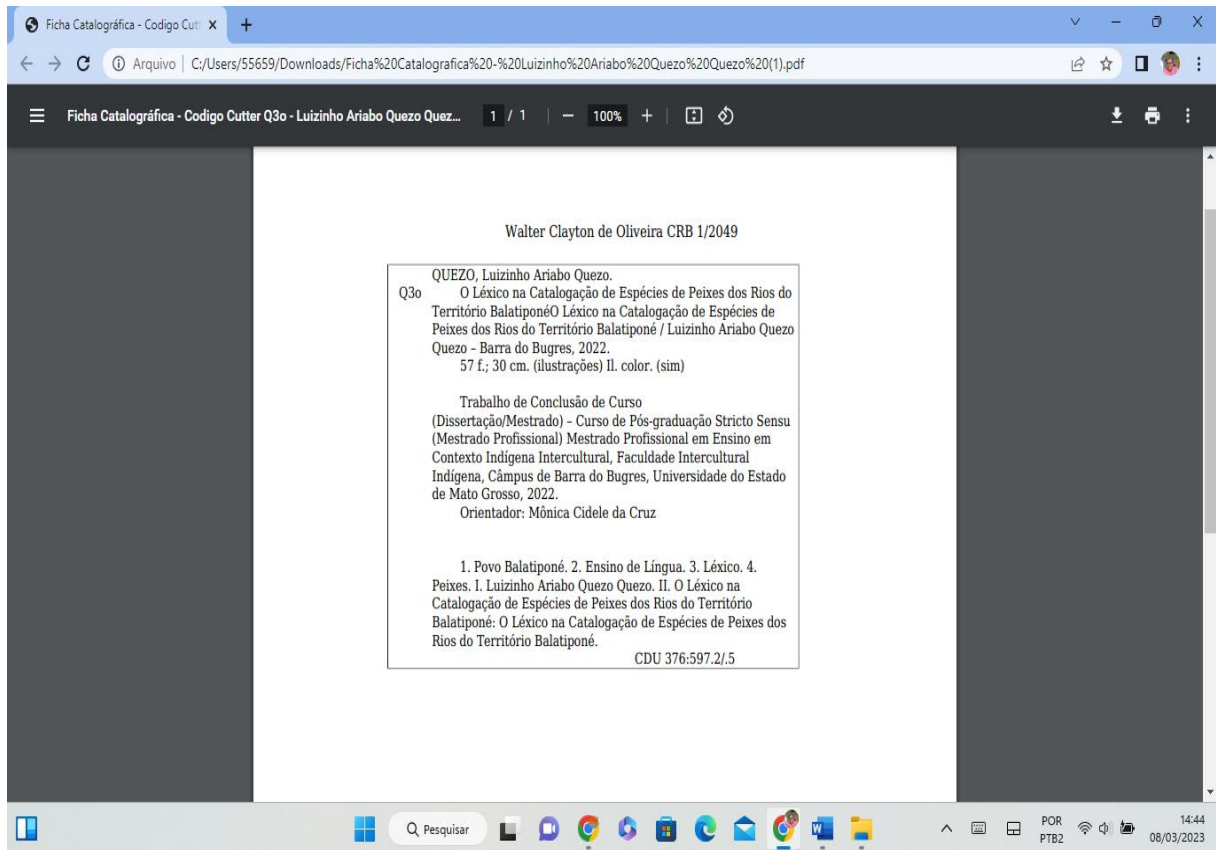
ANEXO

PRODUTO PEDAGÓGICO

ÁGUAS DOS RIOS XOPÔ E OLARIPÔ NO TERRITÓRIO BALATIPONÉ



LUIZINHO ARIABO QUEZO



Apresentação

Este trabalho foi planejado e pensado para a produção de um material em forma de um catálogo, especificamente, sobre *haré* que significa peixe na língua Balatiponé. Foi pensado um material colorido, com desenhos dos peixes, palavras e frases no idioma. Os desenhos, porque chamam atenção dos leitores, quanto ao léxico, pensamos em escrever os nomes de todos os peixes que já eram conhecidos ou ainda não, em nossa língua ancestral.

Acredito que isso ajuda a ficar na memória do aprendiz, o que já faz parte do seu dia a dia. Então, a partir do léxico, pensamos em construir frases, pesquisando outras palavras, como verbos e adjetivos em outros materiais, pois com as palavras já escritas, conseguiríamos formar frases, e até mesmo textos sobre os Haré.

Para mim é uma estratégia que só vai fortalecer a parte cultural do nosso povo, em especial, a língua Balatiponé, que ao longo do tempo, foi deixada de falar. Esse material foi produzido para a escola, como um dos principais materiais a ser utilizado pelos alunos.

Para desenvolver esse produto educacional, foi pensado com muito cuidado, pensado em umas das turmas que poderia fazer parte da construção desse trabalho, foi pensado num percurso pedagógico que fosse desenvolvido na escola da aldeia, juntamente com os alunos, porque o Mestrado Profissional está voltado para processo de ensino-aprendizagem. Assim, resolvemos desenvolver este percurso em forma de Oficina Pedagógica.

Os alunos convidados para participar da oficina foram a turma do 1º ano do ensino médio: João Felipe C. Teodoro, Israel Tan Huare, Laynara Ipaqueri Quezo, Marconde C. Monzilar, Marjore A. Uapodonepá e Karen da Silva Amajunepá, porque já era uma turma com a qual eu trabalho o componente curricular de Língua Materna. É uma turma que mostra interesse em valorizar sua identidade de forma geral que é a cultura.

Também contribui para o trabalho o senhor Jovail Amajunepá, que sempre está ajudando a valorizar a pesca tradicional desenvolvida em sua comunidade.

O resultado do nosso trabalho coletivo é este catálogo intitulado: *Haré nas águas dos rios Xopô e Olaripô no território Balatiponé*”, que apresento a você.

Origem dos peixes

Opariakana se queixava que não havia peixe e foi falar com Bakódodó para ele dar um jeito para ter peixe para todo mundo comer. Mas Bakódodó que queria.

Naquele tempo não tinha nem peixe! Mas Opariakana insistia, insistia até que Bakódodó enjoou daquele homem e deu o jeito.

O índio estava fazendo flechas de manhã, desde cedo. Quando o sol, já estava alto, os filhos que estavam sentados ao lado do pai pediram: ‘papai, vamos

tomar banho!’ O pai olhava para o céu e disse: ‘Não, filhos, esperam que vocês vão junto comigo, que sou seu pai!’

Mas os filhos queriam ir tomar banho, que estava quente e o pai dizia que esperassem.

A mulher tinha assado milho, depois socou e fez fubá, que o marido tinha pedido para ela fazer. Ele fazia as flechas e jogava um punhado de fubá na boca e fazendo mais e mais flechas.

E os filhos falaram outra vez: ‘Mamãe, vamos tomar banho! E o pai respondeu: Esperem, quero acabar primeiro estas flechas!’

A tardinha o homem acabou as flechas, fez feixe e amarrou e guardou em casa. Então mandou os filhos ir na frente para o rio Bugres para tomar banho.

Eles ficaram muito tempo dentro d’água, lavando-se. As crianças estavam com muito frio e pediram o pai para ir embora com eles. Mas o pai falou: ‘Esperem um pouco! E ele botou os filhos no ombro e ficou dentro d’água. A mulher, sogra e sogro estavam esperando eles. Eles não voltaram.’

Quando o sol estava baixo, a cunhada dele foi apanhar água no rio e viu ele lá no meio do rio virando uma figueira grande, as pernas abertas como duas raízes e os filhos no ombro dele, um mais embaixo e outro mais em cima.

Aí ela foi em casa avisar a mulher dele o ‘bruto de bicho’ que o marido tinha virado e que a mãe fosse lá tomar as crianças dele.

Ela foi e chegou e ficou brava com o marido dela e disse: ‘que é isso, você poderia caçar para mim com flechas que você fez!’ Mas ele ficou sério e não falou nada. A mulher chorou e saiu xingando aquele homem, o Opariakana, que fez ele virar figueira com as crianças.

Todo povo foi lá no outro dia espiar, irmão, cunhados e cunhadas, tudo. Ele foi descendo o rio abaixo, gemendo e gemendo. Passou na corredeira grande e perguntou ao amigo dele: ‘Aqui posso parar?’

Opariakana respondeu: ‘aqui não, é muito perto!’ E ele foi descendo, descendo e gemendo e perguntou outra vez: ‘aqui posso para?’ ‘Ainda não, disse o amigo.

Só muito longe ele foi parar. Aí ele ficou por lá mesmo, muito longe rio abaixo, onde termina o rio Paraguai.

Bakódodó tinha virado figueira e um filho ficou galho, o outro virou sinimbú, sentado lá em cima.

Nos tempos antigos havia pouco peixe no rio. Desde que aquele homem virou figueira é que tem muito peixe para comer, até hoje!

As folhas que caem da figueira viram pintado, dourado e piraputanga, pacu e outros peixes, e as frutas viram peixes miúdos pacu peba, piaba, curimatá; as flores viram lambaris.

Aí ele ficou por lá mesmo. Quando ele foi ficar lá por baixo, foi onde o rio acabou, a água passava por baixo da raiz dele e o povo ia ver ele antigamente. Para lá adiante não tinha rio nem nada mais.

(Kupodonepá)

OZÉ

Haré ozé koxiporé pitukwá makewá.



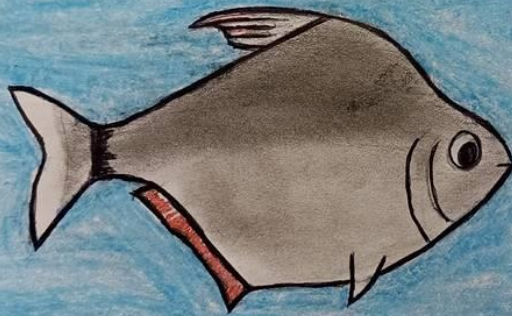
POPÔ

Zorú kututú popô rutú biluri makewá.



BURÉ

Zotá buré noá jukuputu makewá.

**HARUTORÉ**

Harutoré kuriká makewá.



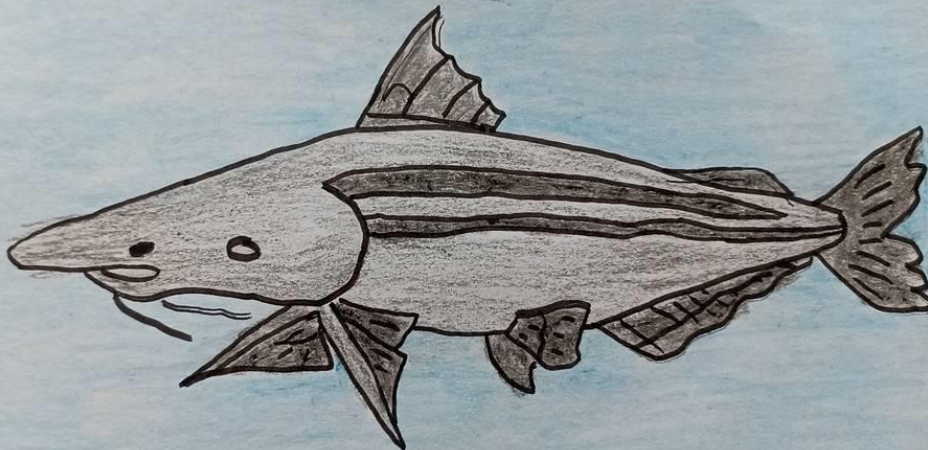
PEIKAKANO

Peikakano bilurí makewá

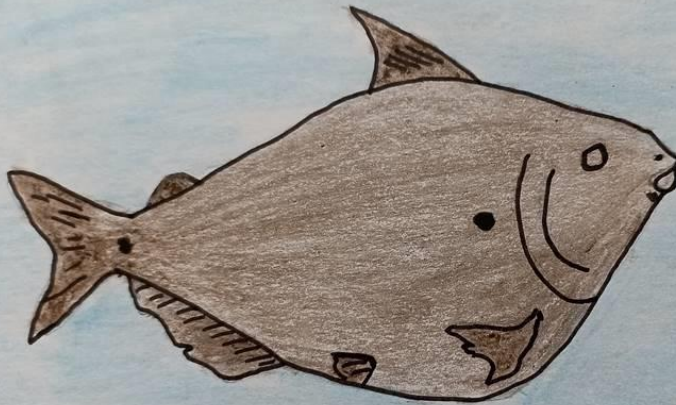


ZEMÁ

Zema belurí makewá rurú jukuputu jukupariká.

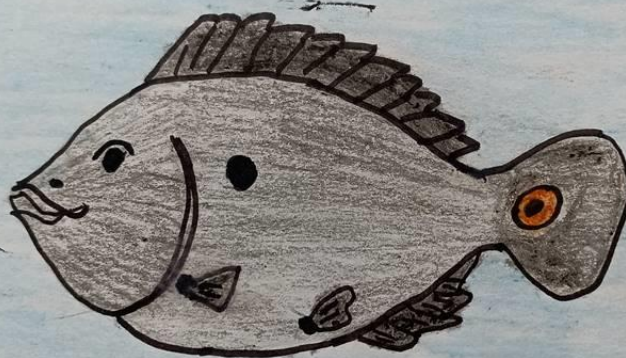


ATAMONÓ



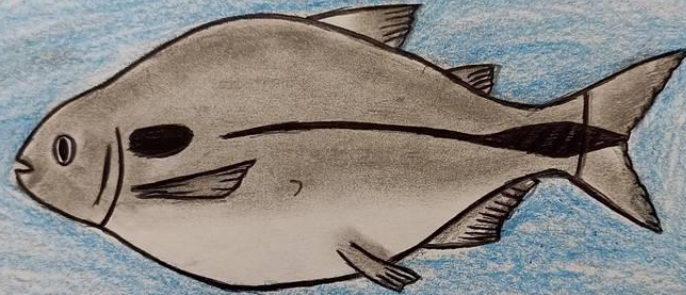
Atamonó haré kuriká biluri makewá rurú.

OTOLONO



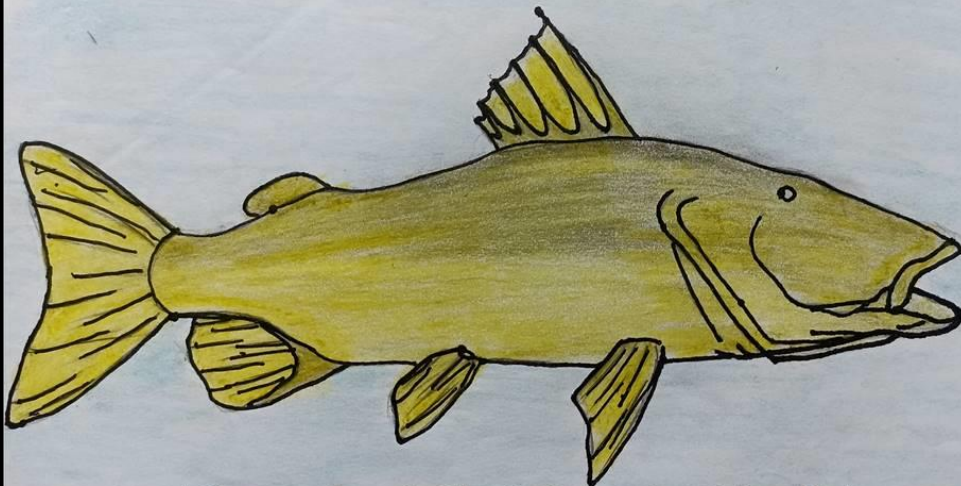
Otolono botokatá bolotoxixi Balatiponé bia noá rutú.

TIPORÍ



Olaripô tiporí makewá.

PÔRO



Pôro makewá Olaripô noa haré kuriká.

HODOARÉ

Balatiponé limolô hodoaré ixó boiká.

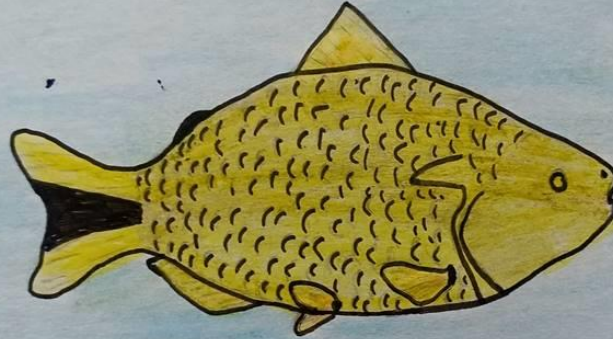


WAPOITETINO



Amy noa ^{Pirapirã}wapoitetino rutú?

ANDEMBIÁ BODOKUÁNE

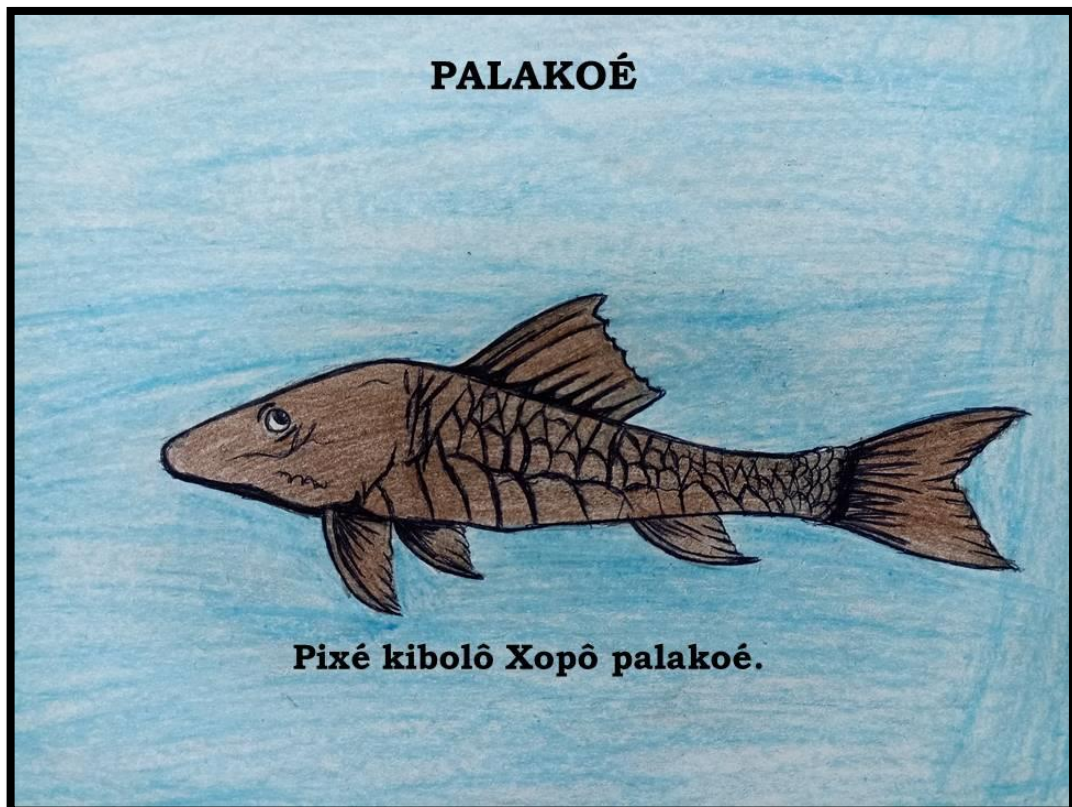
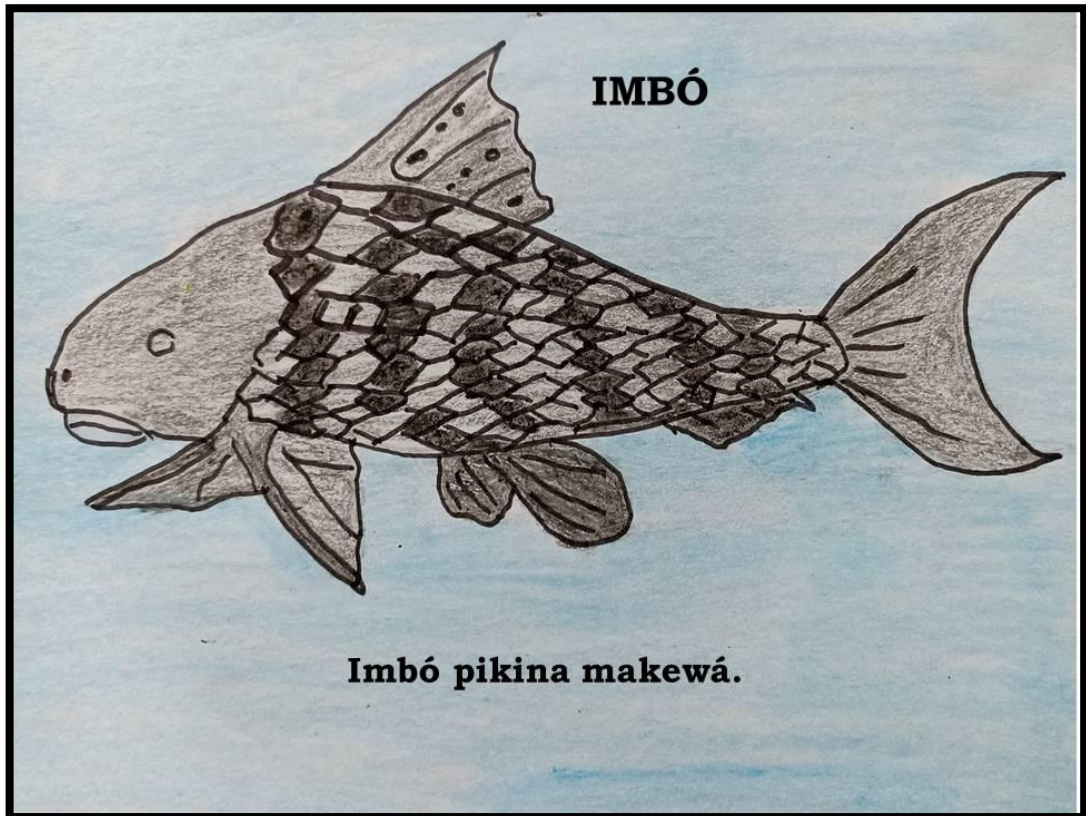


Andembiá bodokoané pitukwá makewá.

HAPAKINA



Hapakina koxiporé makewá.



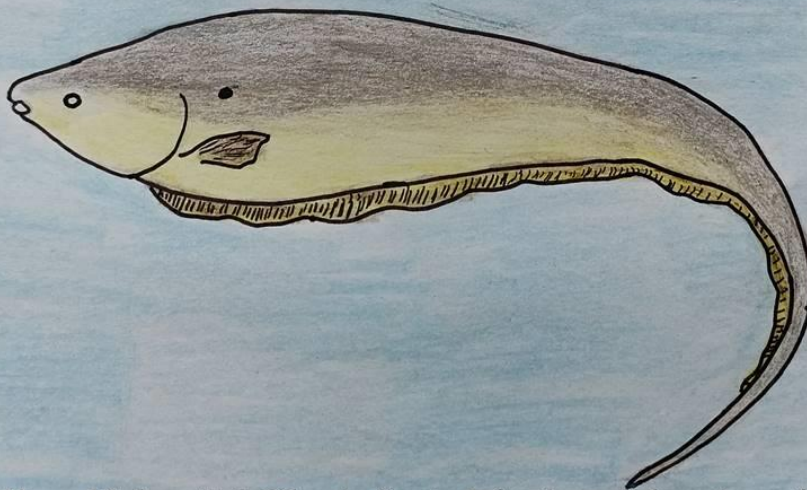
OLOARÉ

Oloaré koxiporé pitukwá makewá
Haré oloaré makewá bilori rutú.



HURIBÍ

Pixé limolô huribí Olaripô atabé oloaré koxiporé

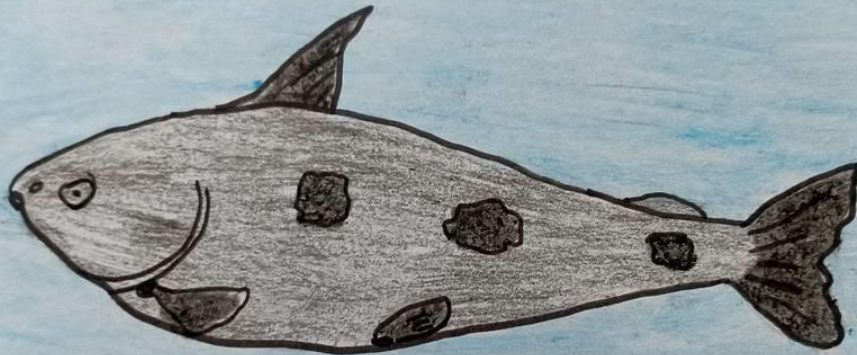


HOMA



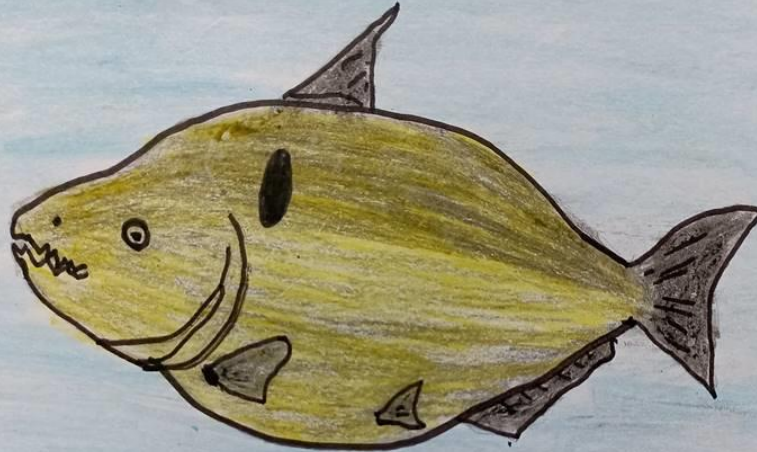
Homa haré noa hadotóretone kuriká Olaripô Xopô.
Haré homa makewá bilori rutú.

WARIPÔ



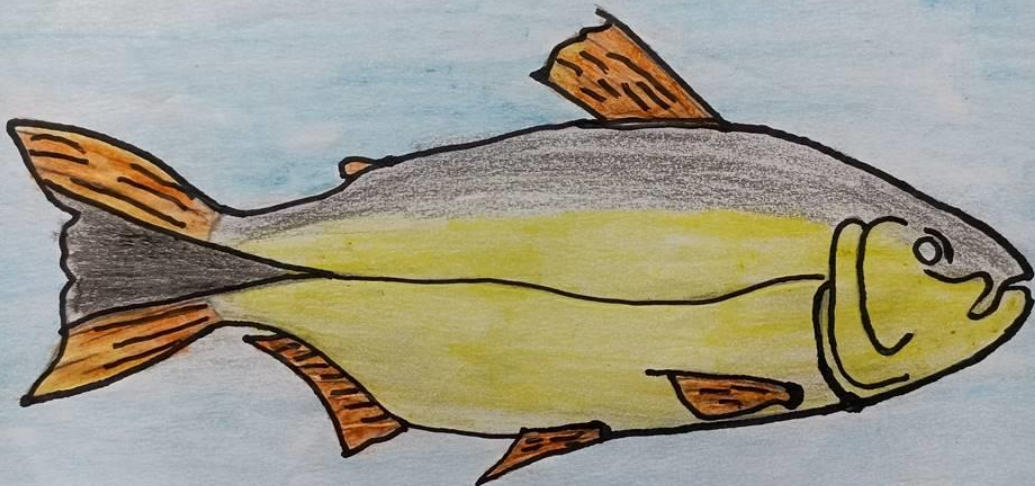
Abiolô, urixá, baripô noá rutú makewá waripô
xalákónetoré.

LOSŌ



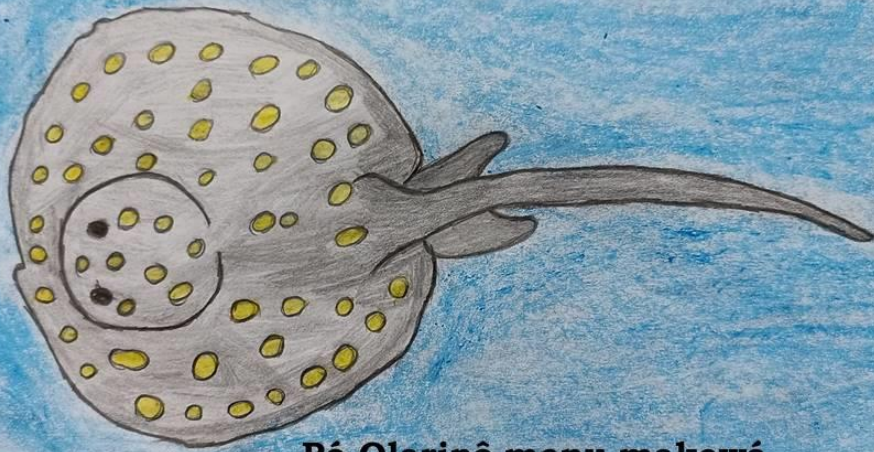
Losō rutú bilorí makewá.

PAMBÚ



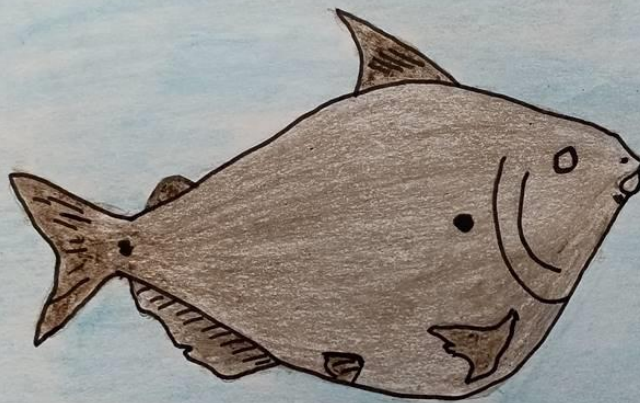
Pambú pitukwá rutú makewá.

MENU



Pó Olaripô menu makewá.

ATAMONÓ



Ú biamutú atomonó makewá.

HADOTÚRI



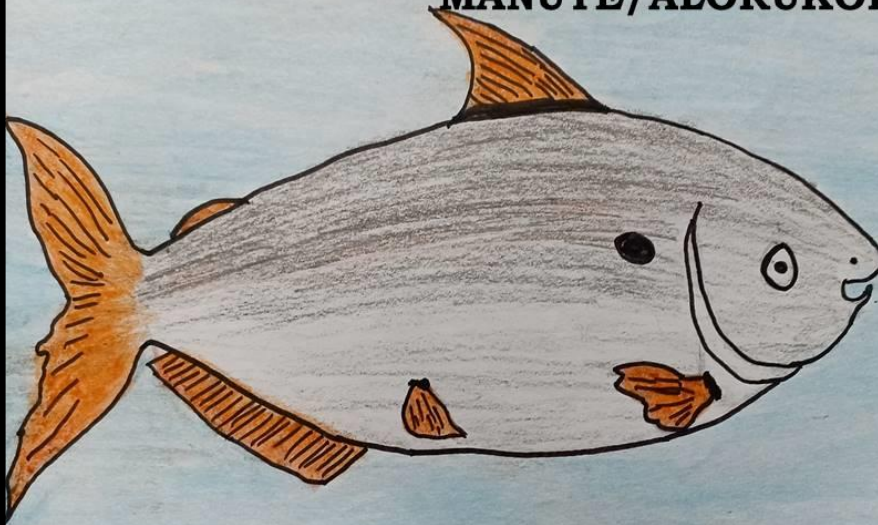
Pixé atabé makewá hadotúri Olaripô.

BUYÊ



Makewá biamutu hare buyé ú.

MANUYÉ/ALORUKORÉ



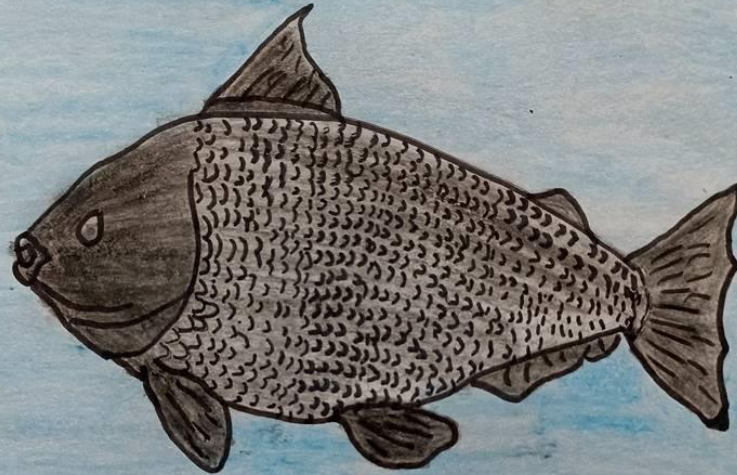
Ú baripô pí tabé alorukoré makewá.

ZEZITORÉ



Zezitoré pitukwá makewá.

HARIXINO/LÔ



Makewá bilori ihô lô hutu jukuputú.

JIRIKINÁ



Xopô makewá haré jirikiná koxiporé.



Meu nome é Luizinho Ariabo Quezo, sou da etnia Balatiponé da Aldeia Umutina, e trabalho como professor desde 2001. Sou graduado na área de “Línguas, Artes e Literaturas” e tenho especialização em Educação Escolar Indígena. Estou concluindo o curso de mestrado em “Ensino em Contexto Indígena Intercultural”, pela UNEMAT. A minha primeira experiência, como professor, foi com alunos não indígenas de uma comunidade quilombola. Depois dessa experiência, comecei a trabalhar só com o meu povo Balatiponé. Atualmente ministro os componentes curriculares de Língua Materna, Artes e Educação Física, para os alunos do ensino fundamental e médio. Trabalho na Escola Estadual de Educação Indígena Jula Pará que se localiza no território do povo Indígena Balatiponé, na aldeia Umutina, município de Barra do Bugres-MT.